

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia**

**Mobilizações e críticas em torno do projeto tecnológico do Aterro Sanitário de
Brasília/DF: entre justiça social e justiça ambiental**

LUDMILA CONDÉ FREITAS E SILVA

Brasília/DF

2018

LUDMILA CONDÉ FREITAS E SILVA

Mobilizações e críticas em torno do projeto tecnológico do Aterro Sanitário de
Brasília/DF: entre justiça social e justiça ambiental

Dissertação apresentada ao curso
de Graduação em Sociologia da
Universidade de Brasília, como parte das
exigências para a obtenção do título de
bacharelado em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dra. Sayonara Amorim Leal

TERMO DE APROVAÇÃO

Mobilizações e críticas em torno do projeto tecnológico do Aterro Sanitário de
Brasília/DF: entre justiça social e justiça ambiental

Essa monografia foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Bacharel em
Sociologia pelo Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da
Universidade de Brasília.

Brasília/DF, 27 de setembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sayonara Amorim Leal
Dep. Sociologia – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves
Dep. Sociologia – Universidade de Brasília

RESUMO

Uma série de medidas governamentais no Brasil têm sido colocadas em prática em função do que chamamos de “ambientalização” das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, entre elas, destacamos, de um lado, a desativação de lixões e aterro a céu aberto e, de outro, a implementação de aterros sanitários. O presente trabalho tem o objetivo entender como o processo de implementação do Aterro Sanitário de Brasília (ASB), na região administrativa de Samambaia no Distrito Federal, ensejou um dispositivo de negociação de direitos sociais e ambientais entre o poder público e os cidadãos dessa localidade no quadro de fechamento do Lixão da Estrutural, hoje desativado. Os protestos coletivos de moradores da Samambaia contrários à instalação do aterro sanitário na região ao mesmo tempo que colocam em provação a implementação da tecnologia de tratamento de resíduos são também colocados à prova pelas fragilidades de vínculos e engajamentos entre os cidadãos concernidos nas mobilizações. O intuito é tratar como o ASB vigora enquanto projeto tecnológico que incorpora diferentes interesses e lógicas de ação, destacando as expressões epistêmicas e morais objetivadas em justificativas que tomaram parte da concepção e implementação do projeto a partir da noção de um certo bem comum.

Palavras Chaves: Aterro Sanitário; Justiça Social; Justiça Ambiental; Mobilizações;

SUMÁRIO

● ÍNDICES.....	6
● LISTA DE SIGLAS.....	7
● INTRODUÇÃO	9
● REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	11
● PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
● CAPÍTULO 1 - O Rejeito e os Lixões como Problema Sócio- Ambiental.....	18
● CAPÍTULO 2 – Processo de Implementação do Aterro Sanitário de Brasília e o Fechamento do Lixão do Jóquei.....	26
● CAPÍTULO 3 – Mobilizações e Reações dos Moradores da Samambaia em Relação a Implementação do Aterro Sanitário de Brasília.....	41
● CONCLUSÃO.....	74
● REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

FIGURAS:

Figura 1: Iconografia Aterro Sanitário de Brasília.....	32
Figura 2: Fluxo dos Resíduos Sólidos.....	37
Figura 3: Ciclo da coleta de lixo domiciliar urbana.....	39

TABELAS:

Tabela 1: Empresas responsáveis pela coleta convencional dos resíduos no DF e suas abrangências.....	35
Tabela 2: Empresas e cooperativas responsáveis pela coleta convencional dos resíduos no DF e suas abrangências.	35
Tabela 3: Indicadores Estratégicos do SLU para 2017.....	38

QUADROS:

Quadro 1: Percepções dos moradores de Samambaia sobre o Aterro Sanitário de Brasília.....	44
Quadro 2: Percepções dos Moradores da Região Administrativa de Samambaia sobre as reuniões comunitárias e suas manifestações.....	60
Quadro 3: Percepções dos Moradores da Região Administrativa de Samambaia sobre as Compensações sociais e Ambientais pela implementação do Aterro Sanitário de Brasília.....	65

LISTA DE SIGLAS:

Adasa/DF - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal

Agefis/DF - Agência de Fiscalização do Distrito Federal

ASB – Aterro Sanitário de Brasília

ASSMMUSAM - Associação dos Mutuários e Moradores da SHIS da Samambaia e da Samambaia

Caesb/DF - Companhia Saneamento Ambiental do Distrito Federal

Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRAS - Centro Regional de Assistência Social

Detran/DF - Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DF - Distrito Federal

IBRAM - Instituto Brasília Ambiental

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

RA - Região Administrativa

Seagri/DF - Secretaria do Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

Secriança/DF - Secretaria do Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal

SEDESTMIDH/DF - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal

SEF/DF - Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal

Segeth/df - Secretaria do Estado de Gestão do Território e Habitação do DF – Segeth/df

Sema - Secretaria do Meio Ambiente

Seplag/DF - Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal

SES/DF - Secretaria do Estado da Saúde do Distrito Federal

SLU - Serviço de Limpeza Urbana do DF

SSP/DF -Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

Uma série de medidas governamentais no Brasil têm sido colocadas em prática em função do que chamamos de “ambientalização” das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, entre elas, destacamos, de um lado, a desativação de lixões e aterro a céu aberto e, de outro, a implementação de aterros sanitários. O presente trabalho trata da implementação do Aterro Sanitário de Brasília (ASB), na região administrativa (RA) de Samambaia, no Distrito Federal (DF), que ensejou um dispositivo de negociação de direitos sociais e ambientais entre o poder público e os cidadãos dessa localidade no quadro de fechamento do Lixão da Estrutural. Os protestos coletivos de moradores da Samambaia contrários à instalação do aterro sanitário na região ao mesmo tempo que colocam em provação a implementação da tecnologia de tratamento de resíduos são também colocados à prova pelas fragilidades de vínculos e engajamentos entre os cidadãos concernidos nas mobilizações. Discutimos como o ASB vigora enquanto projeto tecnológico que incorpora diferentes interesses e lógicas de ação, destacando as expressões epistêmicas e morais objetivadas em justificativas que tomaram parte da concepção e implementação do projeto a partir da noção de um certo bem comum.

Foram operacionalizados procedimentos de pesquisa qualitativa que nos permitiram decifrar elementos semânticos significativos em relação ao ASB enunciados por diferentes atores, com ênfase na percepção dos moradores da região sobre o aterro. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) e com moradores de Samambaia, análise documental: das atas de reuniões comunitárias organizadas pelo SLU com moradores de Samambaia; da Política Nacional do Meio Ambiente e dos Resíduos Sólidos; do relatório anual de 2017 do SLU; do Plano de transição entre o encerramento das atividades irregulares do aterro controlado do jóquei e a destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário de Brasília, entre outros. Todo *corpus* de dados foi modelizado segundo orientações do método análise do conteúdo.

Observamos que os moradores de Samambaia se sentiam injustiçados duplamente em relação ao tratamento recebido pelo poder público. Seu desacordo sobre a construção do ASB na região se baseia em indignações pautadas em negação ao acesso à justiça ambiental, pela percepção de risco de contaminação ambiental e à justiça social, pela escassez de serviços públicos na cidade. Assim, transitando entre

uma e outra lógica de ação, três diferentes grupos de ativistas realizaram mobilizações para impedir que o aterro fosse construído e, posteriormente, para negociar contrapartidas sociais e ambientais a serem implementadas na região como benfeitorias. As principais críticas giravam em torno do fato daquela área já ser impactada negativamente por outras atividades industriais e pela estação de tratamento de esgoto, além do desmatamento do solo onde o aterro foi implantado e do receio do ASB se converter em um novo lixão.

No âmbito institucional, a implementação do ASB e o fechamento do lixão do Jóquei são soluções que visam justiça ambiental em um contexto onde a questão ambientalista perpassa uma série de ações públicas, em função do aumento do consumo material e da geração de lixo, do esgotamento e desperdícios de recursos naturais e fontes energéticas não renováveis. Ou seja, a proliferação dos riscos para todo o ecossistema em que as sociedades contemporâneas estão estruturadas. No âmbito social, a gestão do problema ambiental não levou a sério a inclusão da população local nos processos decisórios que redundaram no ASB. As reuniões comunitárias tinham o intuito de, apenas, informar a população da implementação do empreendimento. As negociações que ocorreram se deram devido a manifestações e denúncias das injustiças experimentadas pela comunidade em função do déficit de obras de infraestrutura básicas na região. Foi a partir do entendimento de que o aterro se impunha, que os benefícios sociais e ambientais oferecidos pelo Estado pela instalação do ASB se convertem em compensações. As perturbações provocadas pela presença do aterro despertaram o senso crítico de moradores os quais se mobilizaram em decorrência de um problema público e o aterro passa a ser ponto de passagem incontornável de um dispositivo de negociação por direitos sociais.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Pretende-se, neste trabalho, tratar da articulação entre justiça social e justiça ambiental no caso empírico da implementação do ASB enquanto configuração de uma política pública de tratamento de resíduos sólidos para o Distrito Federal, discutindo formas da crítica que interpelam tal empreendimento tecnológico e, assim, mapear as justificativas de engajamentos ao projeto e as críticas e negociações que decorreram dele. A ação, nesses termos, como enfatiza Latour (2007) é fonte de incertezas e “deve permanecer uma surpresa, uma mediação, um evento. “É por essa razão que é necessário começar, ainda uma vez, não pelas determinações da ação pelo dispositivo de coordenação dos atores em rede, a capacidade de cálculo de indivíduos ou o poder do inconsciente, mas pela característica subdeterminada da ação, pelas incertezas e as controvérsias que tratam sobre quem age quando nós agirmos sem poder decidir se essa fonte de incerteza se deve ao observador ou ao ator.” (LATOURE,2007, p. 66).

Ao longo dos anos 1980, se desenvolveu, na França, uma nova forma de responder a pergunta de como acontecem as ações dos indivíduos. Pensadores como Laurent Thevenot, Alain Desrosieres, Luc Boltanski se destacam em suas contraposições, em certa medida, à sociologia crítica de Pierre Bourdieu. Esse movimento coloca a "situação" como unidade analítica evidenciando o seu parentesco com o pensamento pragmático e diferenciando-se da abordagem do interacionismo americano. A unidade analítica aqui não são as interações interpretáveis (as ocorrências), mas a situação (configuração de elementos; disposição de peças em um plano). Do ponto de vista analítico, o actante (e mesmo as interações enquanto tais que ocorrem entre eles) é apenas um detalhe (WERNEK,2012, pg. 86). No sentido fenomenológico, apropriadamente formulado por Boltanski e Chiapello (2009), “... as pessoas são indissociavelmente ‘atores’ que desempenham ações e ‘intérpretes’ que elaboram significações sociais, passando uns aos outros ‘signos’ que são a forma assumida pela ação quando presa nos fluxos de relações aos quais se busca dar sentido.” (2009, BOLTANSKI e CHIAPELLO, p. 184).

Segundo a sociologia da crítica de Boltanski e Thévenot (1999) os indivíduos possuem capacidades críticas e deve-se analisar essas operações. O objetivo é de fornecer modelos de gênero de operações as quais os atores se engajam quando eles se voltam para um processo reflexivo sobre justiça e justificações. Esse modelo de análise visa a levar a sério as operações críticas das pessoas que colocam em prática

seu sentido de justiça para se engajarem e justificar suas ações ou convergir a um acordo. Portanto, o objeto da Sociologia pragmática da crítica é como as pessoas agem em “momentos críticos” de suas vidas, envolvendo situações de disputa entre as pessoas e entre essas instituições; o sentido da justiça que elas colocam em prática nessas disputas e as denúncias de injustiças que elas opõem umas às outras nas situações mais ordinárias da vida cotidiana e também por contextos marcados por bizarrices e extravagâncias. (BOTANSKI,2015, p. 131).

Boltanski e Thévenot, no artigo “A Sociologia da Capacidade Crítica” analisa situações da vida social - momentos críticos - que fazem referência à atividade crítica das pessoas se referindo a operações de reflexividade. Essas situações são entendidas a partir do requisito de justificação social e nessas situações de disputas que surge a necessidade de esclarecer as bases nas quais é distribuída a responsabilidade pelos desvios e novos acordos podem ser alcançados. Eles desenvolvem uma gramática dos modos de justificação e sustentam que a capacidade crítica humana torna-se visível na ocorrência cotidiana de disputas sobre os critérios da justificação.

Os autores elaboram um esquema do processo de “se dar conta” de que algo está errado. Esse processo começa com as pessoas fazendo coisas juntas e então dão-se conta de que algo está fora do lugar. Poderá ocorrer depois uma interrupção da ação com o distanciamento do momento presente e uma retrospectiva ao passado para assim expressar descontentamento. Esse descontentamento pode vir a se tornar um escândalo. Há um momento de discussão onde as críticas, acusações e queixas são trocadas, levanta-se uma controvérsia e tenta-se buscar um acordo. Essas situações, são necessariamente provisórias pois quebram o curso corriqueiro da ação. Uma característica dessa situação é que as pessoas nelas envolvidas precisam produzir justificações a fim de dar suporte a suas críticas. Estas disputas não são meramente uma questão de linguagem, elas envolvem não apenas seres humanos, mas também um grande número de objetos.

Na teoria de Boltanski e Thévenot existe a necessidade do estabelecimento de equivalência e ajustamentos, ou seja, aproximar diferentes itens ou fatos que devem ser justificados com a referência a um princípio que esclareça o que eles têm em comum, esse é um pré-requisito para estabelecer um cálculo para munir-se de argumentos de maneira consciente para poder acusar ou criticar. As dinâmicas de ajustamentos são dependentes de traços pessoais e locais e não estão claramente disponíveis a um

observador não familiarizado. Esse regime de justificação é nomeado, pelos autores, de regime de justiça. Em uma disputa, a referência a um princípio de equivalência é uma operação básica a fim de levantar reivindicação de justiça, relevar uma injustiça e demandar uma reparação. Tal ação é necessária para afastar a violência e comprovar as justificações para que possam ser atendidas.

Diversas são as abordagens que levantam a questão da explicação das ações sociais colocadas pelo o eixo sociológico Weber - Wright Mills, gerando a dicotomia mais tradicional da disciplina: "agente" e "estrutura" ou "indivíduo" e "sociedade". Vários são os modelos que propuseram a passar ao largo dessa dicotomia, por meio do deslocamento da pergunta de origem para os elementos das ações. Dentre esses modelos se encontram desde o interacionismo de George Simmel ao pragmatismo social americano, notado principalmente no trabalho de George Hebert Mead e seus herdeiros. Wernek (2012) no livro "A Desculpa" apresenta a abordagem etnometodológica apoiada na sociologia da crítica, a qual propõe que os atores sociais podem ser entendidos como "agentes competentes", ou seja, como seres dotados de capacidade de julgamento das ações. (WERNEK, 2012, p. 78). Essa constatação abre a análise sociológica para uma série de atividades da vida cotidiana e centrada na ideia de que os agentes competentes, os atores sociais, "cobram" racionalidade das ações uns dos outros. Diferentemente das teorias segundo as quais os atores sociais têm suas ações moldadas por determinantes da estrutura social, a etnometodologia considera os seres como agentes dotados de competência, ou seja, indivíduos capazes de observar as ações uns dos outros e as avaliar, criando uma vida social mútua e constantemente em questão. O pressuposto mais básico da etnometodologia é que, em nossa inserção nas situações sociais, colocamos em ação uma constante e perene operação de categorização, ou seja, de observação e generalização de entes particulares em categorias abstratas. (WERNEK, 2012, pg. 79).

Esse modelo parte da afirmação do caráter negociado das relações sociais, a partir do fato de que a vida social depende de como as pessoas se entendem e apresenta como questão relevante da vida social a maneira como se dá esse entendimento. As pessoas, aqui, possuem capacidades críticas que podem ser mobilizadas ou não, e as situações críticas mais comuns em uma sociedade moderna tendem a paz. Essa paz só pode ser explicada por acordos localizados entre os atores em torno daquelas diferenças entre eles.

Os acordos entre os atores acontecem a partir da busca por uma generalidade abstrata que converte as diferenças das grandezas em uma simulação de igualdade, a “equivalência”. Essa equivalência busca então, um princípio superior comum, ou seja, um denominador comum aos envolvidos na querela estabelecida e um momento crítico de modo que a disposição para o acordo leve cada um a abrir mão de parte de seus interesses/exigências/demandas na situação em favor da paz no acordo. (WERNEK, 2012, pg, 88). A busca pelo bem comum operada pelos atores nas situações críticas é um questionamento por provas de que a situação seja justa, fazendo da justiça um termo central nessa análise a partir do modelo de justificação.

Uma primeira característica dessas situações é que as pessoas nelas envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar as suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa.(BOLTANSKI e THEVENOT, citados por WERNEK,2012, pg. 89)

As ações podem ser mobilizadas segundo diferentes gramáticas formais, chamadas por Boltanski de “regimes de ação”, se movendo principalmente entre dois tipos de regimes: regimes de disputa - nos quais os princípios são disputados - e os regimes de paz - nos quais não se disputam princípios -, sendo que cada um deles é baseado em diferentes gramáticas da ação. O fato mais relevante aqui é o dado de que as formas de justificação não estão limitadas a uma única, o que reduziria o modelo aos constrangimentos estruturais, mas não são levadas ao infinito, o que o transportaria para um relativismo incapaz de produzir consenso ou mesmo discordância, já que haveria tantas morais quantas fossem as pessoas (WERNEK, 2012, pg. 96).

A sociologia pragmática e da crítica será utilizada neste trabalho com o intuito de, no período de implementação do ASB e de sua inauguração, entender os processos críticos dos moradores de Samambaia que se mobilizaram para impedir e/ou negociar os termos das compensações sociais e ambientais que serviriam de contrapartidas à instalação do empreendimento na região. Foi exercido um esforço para captar as justificativas elaboradas pelos os moradores para demonstrar seus descontentamentos com a situação e para negociar com as instituições administrativas e governamentais do Distrito Federal. Também foi realizado um levantamento dos discursos institucionais da

SLU, do governo do DF e de outros órgãos responsáveis pela implementação do aterro para validar suas ações na realização desse empreendimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de análises de documentos, e de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos com a concepção e implementação do Aterro Sanitário de Brasília - ASB, será discutido, apoiado na abordagem da teoria pragmática e da teoria da crítica, as negociações e as provações pelas quais esse projeto tecnológico passou a ser integrado como parte da política do Distrito Federal de tratamento de resíduos sólidos no duplo registro justiça social - justiça ambiental, segundo diferentes atores sociais. O objetivo da pesquisa foi conhecer e descrever o projeto tecnológico do ASB enquanto tecnologia de armazenamento e tratamento de resíduos sólidos; mapear os atores sociais envolvidos em sua construção e implementação; e categorizar os conhecimentos gerados a partir da problematização do aterro segundo os propósitos de justiça social e justiça ambiental enfocando na problematização e críticas feitas pelos moradores próximos à localidade do aterro e suas demandas por compensações sociais e ambientais que acarretaram em um processo de negociação com o governo do Distrito Federal. Será desenvolvido o resgate das mobilizações dos moradores das quadras 800 e 1000 da região administrativa de Samambaia acerca da construção e implementação do Aterro Sanitário de Brasília na região, pensando através dos regimes de ação que essa população justifica suas críticas e os dispositivos de negociação acionados por eles e pelo governo para o andamento do empreendimento tecnológico.

Foram realizadas a análise de conteúdo, segundo os procedimentos de Laurence Bardin (2011), das atas das 3 reuniões comunitárias organizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) com os moradores de Samambaia; das 6 entrevistas semiestruturadas (individuais e coletivas) com representantes da SLU e moradores das quadras 800 e 1000 de Samambaia, que são as quadras com maior proximidade ao ASB; análise documental da Política Nacional do Meio Ambiente, da Lei Federal de Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Por fim, análise de conteúdo dos relatórios anuais de 2016 e 2017 da SLU; o plano de Intervenção do Jóquei; o Plano de transição entre o encerramento das atividades irregulares do aterro controlado do jóquei e a destinação final dos resíduos no aterro sanitário de Brasília; e o plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Foi executado procedimentos de pesquisa inscritos na pesquisa qualitativa, cujo propósito está no interesse de decifrar elementos semânticos significativos em relação ao ASB e a percepção e os discursos elaborados pelos

moradores da região. O intuito foi criar um quadro geral dos atores envolvidos e resgatar as mobilizações e negociações dos moradores de Samambaia com o governo do Distrito Federal, tentando entender as críticas feitas por aquela população e seus sistemas de justificação.

Para estudar as atividades críticas dos atores é necessário o pesquisador tomar uma exterioridade de um tipo mais elevado do que aquele com o qual se satisfaz a sociologia crítica. É preciso tomar como pressuposto que as democracias contemporâneas se convertem cada vez mais em sociedades críticas, modificando a nossa posição em relação aos eventos, renunciando a ter a última palavra sobre os atores e entendendo que sempre estamos implicados com o objeto, assumindo uma posição no interior do dispositivo que estuda. Nesse sentido, houve um esforço durante as entrevistas de, ao mesmo tempo, respeitar procedimentos de distanciamento do objeto, mas levar a sério as operações críticas dos moradores da Samambaia, captando as lógicas das suas justificações e de seus regimes de ações.

A coleta de dados foi realizada a partir de uma série de entrevistas com pessoas envolvidas nos movimentos de resistência a implementação do Aterro Sanitário de Brasília. Essas pessoas foram encontradas principalmente a partir de suas páginas on-line na internet que são utilizadas como instrumento de publicização de suas demandas e críticas à administração da região onde vivem. O método de análise dessas entrevistas foi o método qualitativo de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) a partir do qual foram esquematizadas as falas relevantes sobre o tema e mapeados padrões e palavras chaves que geram conceitos para a compreensão da situação da implementação do Aterro Sanitário de Brasília na região administrativa de Samambaia. Os nomes das pessoas entrevistadas que aparecem neste trabalho são fictícios para preservar suas identidades.

CAPÍTULO 1 - O REJEITO E OS LIXÕES COMO PROBLEMA SÓCIO-AMBIENTAL

A geração de resíduos e de materiais que são descartados após um processo de produção e consumo se intensificou com o avanço do misto sociedade industrial – sociedade de consumo. A revolução industrial e a produção em massa de resíduos (sólidos e orgânicos) intensificou a geração de materiais que são descartados. O acúmulo desses resíduos acarretou o surgimento de lugares de depósito de rejeitos, como lixões, e à medida em que as sociedades passaram a levar a sério o duplo problema social e ambiental do lixo, outras formas de tratamento e de armazenamentos surgem, como aterros sanitários, centros de incineração, áreas de compostagem, entre outros.

A proliferação de materiais descartados pelas sociedades torna-se um problema social e ambiental na medida em que contaminam solos, degradam o meio ambiente, disseminam doenças e atraem pessoas que desprovidas de recursos educacionais e oportunidades no mercado de trabalho, se lançam à atividade de catação de resíduos e, encontram, assim, um algum meio de subsistência. O modo de produção e consumo no qual as sociedades modernas estão estruturadas está baseado no descarte indiscriminado de materiais indesejáveis socialmente. Para manter essa estrutura se faz necessário sistemas de coleta e locação desses rejeitos que por sua vez geram riscos à própria sociedade. Segundo Beck (1994), riscos são produzidos no estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas e desencadeiam danos sistemicamente definidos, baseando-se em interpretações causais, apresentando-se no conhecimento (científico ou anticientífico) que se tenha deles, podendo ser alterados, diminuídos, aumentados, dramatizados ou minimizados e estão assim, em certa medida, abertos a processos sociais de definição. Dessa forma, instrumentos e posições de definição dos riscos tornam-se posições-chave em termos sociopolíticos (BECK, 1994, p.27). A definição do acúmulo de materiais descartados e a sua locação em determinadas áreas como risco parte do princípio de uma reflexividade social onde esse risco é socialmente reconhecido. A reflexividade se vincula, nesses termos, à relação entre capacidade técnica de produção de riscos e a capacidade de sua percepção e elaboração por distintos setores das sociedades. “Beck admite, em sua obra, estar mais interessado em percepções culturais e definições de risco, e não em sua realidade, partindo de uma perspectiva do construtivismo ambiental, que encara os problemas ambientais como

produtos de construção social; ou seja, que foram negociados, definidos e legitimados na esfera social. Segundo Beck, “se as pessoas vivenciam os riscos como algo real, eles são reais. Se eles são, contudo, reais nesse sentido, eles reviram a estrutura de competências sociais, políticas e econômicas” (Beck, 2010: 95 citado em: BURSZTYN, EIRÓ, 2015,pg. 472 e 473).

Estudar a realidade social da percepção de risco não significa abarcar toda a complexidade da experiência de insegurança ou medo, principalmente tratando-se dos riscos modernos apontados por Beck (2010). A experiência da percepção de risco não é algo uniforme, podendo assumir imagens confusas e contraditórias dentro de um mesmo grupo. Entretanto, exatamente por se tratar de uma teoria social, Beck assume que essa experiência pessoal e subjetiva é marcada por características culturais amplamente compartilhadas. Assim, assumir a percepção de risco como fato social é aceitar que sua distribuição pode ser, em maior ou menor escala, ordenada por características sociais fundamentais (BURSZTYN, EIRÓ, 2015, pg. 475).

Segundo a teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck, com a distribuição e o incremento dos riscos surgem situações sociais de ameaça que são acompanhadas de desigualdades e posições de classe sociais, fazendo valer entretanto, uma lógica distributiva substancialmente distinta onde os riscos da modernização também acabam alcançando aqueles que os produziram ou que lucram com eles. Os riscos, que alcançam também as classes dominantes, não estão apenas sob a forma de ameaças à saúde, mas também como ameaças à legitimidade, à propriedade e ao lucro. Os riscos, ao mesmo tempo, produzem novos desníveis internacionais, de um lado entre o chamado Terceiro Mundo e os países industriais, de outro lado entre os próprios países industriais. (BECK, 1994, p.27).

Atualmente, o descontrole da produção e armazenamento de rejeitos que causam problemas sociais e ambientais ocorrem principalmente em países periféricos em seus diferentes níveis de desenvolvimento onde não há tecnologias e nem gestão apropriadas para o tratamento dos mesmos. O descarte de materiais perpassa tanto uma questão cultural e, sobretudo, disposicional, envolvendo os hábitos individuais das pessoas até uma questão administrativa das regiões. Esses materiais descartados, popularmente chamados de lixo, só são considerados um problema na medida em que seu potencial de geração de riqueza não está sendo devidamente empregado, gerando diversos sintomas sistêmicos que afetam o meio ambiente e os indivíduos da sociedade. Esses sintomas

devem ser conhecidos e definidos socialmente através de atos políticos que determinariam as medidas a serem adotadas em relação a eles. Assim, “A expansão e a mercantilização dos riscos de modo algum rompem com a lógica capitalista de desenvolvimento, antes elevando-a a um novo estágio. Riscos da modernização são *big business*. Eles são as necessidades insaciáveis que os economistas sempre procuram. Com a canibalização econômica dos riscos, que são desencadeados através dela, a sociedade industrial produz as situações de ameaça e o potencial político da sociedade do risco” (BECK, 1994, p. 28).

O potencial político do risco também decorre do seu efeito equalizador onde relativizam-se as diferenças e as fronteiras sociais provocando consequências bastante diversas. Os riscos possuem uma tendência imanente à globalização, e a produção industrial é acompanhada por um universalismo das ameaças, independente dos lugares onde são produzidas: cadeias alimentares interligam cada um a praticamente todos os demais na face da terra. Nestes termos, “Contido na globalização, e ainda assim claramente distinto dela, há um padrão de distribuição dos riscos no qual se encontra um material politicamente explosivo: cedo ou tarde, eles alcançam inclusive aqueles que os produziram ou que lucram com eles. Em sua disseminação, os riscos apresentam socialmente um efeito bumerangue: nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles.” (BECK, 1994, pg. 44)

A ideia básica por trás disso é das mais simples: tudo o que ameaça a vida neste planeta, estará ameaçando também os interesses de propriedade e de comercialização daqueles que vivem da mercantilização da vida e dos viveres. Surge, dessa maneira, uma genuína contradição, que sistematicamente se aprofunda, entre os interesses de lucro e propriedade que impulsionam o processo de industrialização e suas diversas consequências ameaçadoras, que comprometem e desapropriam inclusive os lucros e a propriedade (para não falar da propriedade da própria vida). (BECK, 1994, pg. 46)

Contudo, esse potencial equalizador do risco não deve camuflar as desigualdades sociais no interior da suscetibilidade ao risco. Situações de classe e situações de risco se sobrepõem e as populações vulneráveis acabam se alocando em espaços onde os efeitos das ameaças são mais diretos e imediatos. Assim, “existe uma sistemática “força de atração” entre pobreza extrema e riscos extremos. No pátio de

triagem da distribuição dos riscos, estações situadas em “rincões provinciais subdesenvolvidos” gozam de especial popularidade.” (BECK, 1994, pg. 49)

O descarte e acúmulo indiscriminado de materiais indesejáveis socialmente é um problema que causa diversos efeitos, como a contaminação dos solos e da água causado pelo chorume (substância resultante do processo de decomposição de rejeitos), o desequilíbrio ecológico provenientes da atração de animais à procura de alimento, a produção de gases tóxicos aos seres vivos e à camada de ozônio, e o trabalho informal e de alto risco realizados por pessoas em busca de alguma fonte de subsistência e que muitas vezes são realizados por jovens e crianças em condições que violam os direitos humanos fundamentais.

Tratar esses resíduos tornou-se um movimento mundial, onde, atualmente, países mais ricos conseguem reaproveitar quase que cem por cento dos materiais descartáveis e possuem uma gestão otimizada e controle dos mesmos. Contudo, países com níveis de pobreza consideráveis estão muito longe dessa realidade e o lixo é um problema social e ambiental com o qual os governos devem lidar. São diversas as orientações para o tratamento de resíduos de organizações internacionais que discutem meio ambiente e direitos humanos, muitas alertam e denunciam situações extremas onde pessoas em condição de miséria, trabalham sem nenhuma segurança em áreas enormes de descarte indiscriminado de materiais.

No Brasil, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos de 2016 realizado pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública - Abrelp os números referentes à geração de resíduos sólidos urbanos - RSU revelam um total anual de quase 78,3 milhões de toneladas no país e o montante coletado foi de 71,3 milhões de toneladas registrando um índice de 91%. Os 7 milhões de toneladas de resíduos que não foram objeto de coleta consequentemente tiveram um destino impróprio. A destinação final dos RSU coletados demonstrou que 54,4% dos resíduos coletados foram enviados para aterros sanitários e 41,6% seguiram o caminho da disposição inadequada - lixões ou aterros controlados que não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessários para proteção do meio ambiente contra danos e degradações - correspondendo a 29,7 milhões de toneladas e a 3.331 municípios brasileiros (ABRELP, 2016).

O lixão da Estrutural ou Aterro controlado do Jóquei, localizado na região administrativa de Brasília Estrutural (Distrito Federal), é considerado, segundo a ISWA - Associação Internacional de Resíduos Sólidos, o maior depósito de lixo da América

Latina e o segundo maior lixão ativo do mundo, sendo alvo de preocupação nos últimos anos, principalmente porque a área destinada à disposição dos resíduos vem se aproximando do ponto de saturação. Nestes termos, “ocupando uma grande área territorial a 17 quilômetros da Esplanada dos Ministérios, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela falta de organização entre as ações de aterramento e aquelas de catação de materiais recicláveis por catadores” (SLU,2015, pg.6). As questões mais polêmicas em relação ao lixão do Jóquei segundo o Plano de Intervenção do Lixão do Jóquei, organizado pelo órgão de limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU - são:

“(i) à localização do aterro próximo ao Parque Nacional de Brasília; (ii) aos impactos ambientais desencadeados pelas águas percoladas que estão sendo dirigidas, de forma integral e/ou parcial para o interior do parque e, por consequência, afetando o seu habitat natural, notadamente as águas subterrâneas; e (iii) à presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham em sem nenhuma relação formal com o SLU* de forma degradante, sendo vítimas de inúmeros acidentes, inclusive fatais.” (SLU, 2015, pg.7)

Foi em abril de 2015 que o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg instituiu o Grupo de Trabalho (Decreto nº36.437 de 02 de abril de 2015) para elaborar e implementar o Plano de Intervenção de atividades de ordenamento do Aterro do Jóquei, e segundo a normativa que cria o grupo, o objetivo era de melhorar o tratamento e a destinação dos resíduos urbanos do Distrito Federal. E em 2016 o mesmo Governo criou o Escritório de Projetos Especiais com objetivo de fazer a gestão de 6 projetos prioritários frente ao governo de Brasília, que, dentre eles, está o Programa de Desativação do Aterro Controlado do Jóquei, com a atuação integrada de 17 órgãos do governo para implementar ações para desativar o lixão da Estrutural e colocar em funcionamento o projeto do Aterro Sanitário de Brasília.

A Base legal que veda a disposição de resíduos sólidos em lixões advém da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de agosto de 1981. Posteriormente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 – estabeleceu que, a partir de agosto de 2014, os rejeitos só poderiam ser dispostos em aterros sanitários, o que fez com que todos os entes da Federação buscassem medidas para encerrar as atividades em locais irregulares

de disposição de resíduos sólidos – os lixões – e viabilizar que essa atividade fosse realizada em local ambientalmente adequado, cumprindo todas as exigências normativas pertinentes. (SLU, 2015, pg.1)

Foi, principalmente, a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que determinou as diretrizes do descarte e tratamento dos resíduos no Brasil. A PNRS estabelece a gestão integrada, que articula a dimensão social, ambiental e econômica presente na administração dos resíduos sólidos e reconhece o trabalho das cooperativas e das associações de catadores, definindo que elas sejam priorizadas na contratação para execução dos serviços de limpeza urbana (GOWEHR, BENITES, 2016). Segundo Goweher e Benites, 2016, a PNRS inaugura uma quarta fase na gestão do serviço de limpeza urbana no Brasil, existindo, portanto, três outros períodos anteriores que originam modelos de gestão diferentes.

O serviço público de limpeza urbana compreende quatro etapas principais: coleta de resíduos; transporte; tratamento; e destinação final. O manejo dos resíduos sólidos é um dos serviços públicos de saneamento básico. Este serviço é executado na esfera municipal e regulado de forma específica. No Brasil, a sua origem, normatização e aperfeiçoamento técnico são influenciados pelos modelos europeu e norte-americano. (GOWEHR, BENITES, 2016, pg. 218)

O serviço de limpeza urbana foi organizado nas grandes cidades no Brasil no final do século XIX. A primeira fase é marcada pela presença da iniciativa privada de capital estrangeiro e a estruturação deste sistema fazia parte da infraestrutura mínima requerida para a industrialização do país. Esse primeiro período é marcado pela concessão dos serviços às empresas estrangeiras e além do serviço de limpeza urbana, isso ocorre com a eletricidade, gás, telefone, esgotamento sanitário, abastecimento de água e transporte. A segunda fase que começa por volta de 1900 é caracterizada pela administração direta onde o Estado passa a ter o papel central no desenvolvimento econômico e o serviço de limpeza urbana é transferido para o poder público. A terceira fase do serviço público brasileiro consiste na concessão dos serviços para a iniciativa privada, desta vez, para empresas nacionais, essa terceirização ocorreu nas décadas de 1980 e 1990. Nessa fase, o planejamento permanece sob o controle da prefeitura de cada município. A quarta fase da gestão do serviço de limpeza urbana no Brasil é caracterizada pela implementação da PNRS que coloca elementos considerados

negligenciados nas fases anteriores como aspectos centrais, entre eles o controle social, que demanda a necessidade de transparência nos contratos; a coleta seletiva; e a inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis, sobretudo com o fechamento dos lixões. Como forma de articular as questões econômicas, sociais e ambientais, a política define o modelo de gestão integrada (GOWEHR, BENITES, 2016, pg. 219).

A PNRS, aprovada em 2010, possui o potencial de reconfigurar as práticas de gestão dos resíduos sólidos introduzindo uma série de conceitos e obrigações providas de uma visão abrangente da questão dos resíduos. O resíduo agora figura oficialmente como potencial de insumo para as cadeias produtivas e a abordagem do problema deve se iniciar pela não geração, passando pela redução, reaproveitamento, reciclagem, tratamento e, por último, a destinação final ambientalmente adequada (Brasil, 2010, art9º). Assim, “Esta ordem de prioridade demanda tornar os rejeitos visíveis, pois eles revelam os erros de projetos dos desenhos industriais” (GOWEHR, BENITES, 2016, pg. 226). A política determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, elaborado pela logística reversa e o princípio do poluidor-pagador. Nesse princípio o fabricante ou importador deve responder por todo o ciclo de produção, incluindo os resíduos gerados pelo descarte das embalagens ou do próprio produto (GOWEHR, BENITES, 2016). A política também destaca o princípio do direito da sociedade à informação e ao controle social especificando em relação à participação dos catadores de materiais recicláveis ressaltando “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (Brasil, 2010, art6º, item VIII).

A gestão integrada, proveniente do modelo proposto pela PNRS é definida como “conjunto de ações voltadas para busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (Brasil, 2010, art. 3º, item XI). Ela considera as diversas dimensões que compõem a complexidade advinda dos resíduos sólido de forma simétrica em seus aspectos sociais, ambientais políticos e econômicos (GOWEHR, BENITES, 2016).

Com o intuito de regularizar as atividades da gestão dos resíduos sólidos do Distrito Federal para se enquadrar na Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Resíduos sólidos, o governo do Distrito Federal, em 2015, deu

continuidade às obras para a construção do Aterro Sanitário de Brasília, alocado na Região Administrativa (RA) de Samambaia, entrando em operação dia 17 de janeiro de 2017. Em 2015, foi elaborado, também, o plano de intervenção do Lixão do Jóquei e o plano de transição entre o encerramento das atividades irregulares do aterro controlado do Jóquei e a destinação final dos resíduos no Aterro Sanitário de Brasília, construído, não sem resistências da população local, na Samambaia, região administrativa do DF.

A construção de aterros sanitários aparece na PNRS como medida fundamental para destinação dos resíduos sólidos para um local ambientalmente adequado após terem passado por todas as etapas de triagem com intuito de aproveitar ao máximo os materiais, implantando e consolidando a coleta seletiva. Contudo, a construção e implementação do aterro sanitário de Brasília, mesmo se enquadrando em todas as questões legais e ambientais, foi objeto de críticas e conflitos entre a população da região administrativa de Samambaia e o Governo do Distrito Federal (GDF) representado principalmente pela atuação do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) na construção do aterro.

O Aterro Sanitário de Brasília foi construído próximo às quadras 800 e 1000 da Samambaia, localidade onde também se encontra a fábrica de alimentos JBS, e a estação de tratamento de águas Melchior da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). Essa região é bastante impactada por atividades industriais pouco apreciadas pelos moradores e é também desprovida de serviços públicos básicos como rede de esgoto e transporte público satisfatórios para a população. Foi a partir de mobilizações e negociações com o governo que os moradores locais conseguiram acessos a serviços de infraestrutura básicos, como saneamento e esgoto, na verdade, direitos sociais, até, então, não garantidos, mas demandados pelos moradores, como discutiremos mais a fundo no capítulo 3. Essas negociações aconteceram permeadas por micro-mobilizações que discutiam os termos do dispositivo de compensação ambiental e social pela implementação do aterro Sanitário na região.

CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE BRASÍLIA E O FECHAMENTO DO LIXÃO DO JÓQUEI

No âmbito das políticas Nacionais e Estaduais de tratamento de resíduos sólidos que culminaram em medidas governamentais para o enquadramento das cidades e dos municípios aos padrões de infraestrutura que levem em consideração o meio ambiente, com o encerramento das atividades irregulares de lixões e aterros controlados e a implementação de aterros sanitários, ganha relevância o tema dos (des)compassos entre justiça ambiental e justiça social. Entende-se por justiça ambiental as medidas que garantem que o meio ambiente e os seres humanos serão poupados de ações que coloquem em risco a saúde e preservação da vida segundo a ética da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2001). Por outro lado, justiça social é entendida aqui como as medidas que garantem e trazem dignidade e qualidade vida aos indivíduos que sofrem com algum tipo de injustiça e/ou que possuem seus direitos privados. Neste sentido, o caso empírico em estudo nesta monografia e, mais especificamente, neste capítulo, dizendo respeito ao processo de implementação do aterro sanitário de Brasília e o fechamento do lixão do Jóquei, nos leva a tratar dos processos de “ambientalização” dos conflitos sociais e sobre dilemas da participação social na construção de soluções para lidar com problemas socio-ambientais. (LOPES,2006).

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “ industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novo fenômenos do século XIX... O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associados a um processo de interiorização pelas pessoas e grupos sociais - e, no caso da “ambientalização”, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente”. (LOPES, 2006, p. 34)

Segundo Lopes (2006) o processo histórico de ambientalização, assim como outros processos similares, implica simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer). Essas transformações têm a ver com cinco fatores apontadas pelo autor como: o crescimento da importância na esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a

questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação de conflitos. Esses fatores são desenvolvidos pelo autor com o intuito de mostrar como a questão da ambientalização surge em um contexto internacional de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e se torna relevante no Brasil com a criação e implementação de diversas políticas que abordam o meio ambiente.

Desencadeado pela conferência da ONU sobre meio ambiente em Estocolmo, em 1972, embora o Brasil tenha se manifestado contra a preocupação e os controles ambientais da conferência, com receio de um cerceamento internacional do processo de industrialização, e a continuidade do regime militar, no ano seguinte o governo criou uma secretaria do meio ambiente (Sema), subordinada ao Ministério do Interior. Assim, “Institucionalizada em 1973, a Sema refletia, por um lado, a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos conexos de ampliarem sua área de atuação e, por outro lado, a oportunidade da chancela institucional para a captação de financiamentos internacionais para os quais as garantias ambientais eram necessárias” (Lopes, 2006, pg. 37). Em 1981, ainda no governo militar, surge a Política Nacional de Meio Ambiente e em 1986 a Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) institui uma política nacional de avaliação de impactos ambientais, exigindo estudos e audiências públicas para o licenciamento de atividade potencialmente poluidoras. Realiza-se no Rio de Janeiro, em 1992, a conferência sobre Meio Ambiente da ONU, 20 anos após a de Estocolmo, e grande atenção é dada à questão ambiental por organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, associação de moradores, federações empresariais, instituições governamentais (LOPES, 2006, p. 40). Dá continuidade, portanto, a uma série de leis e normas à construção institucional sobre meio ambiente no Brasil.

Nesse contexto, onde a questão ambiental se torna central nas discussões globais e locais, a modernidade e o meio ambiente resultariam de uma mesma dinâmica: o protagonismo crescente do ser humano em relação às superestruturas e, ao mesmo tempo, a progressiva centralidade que assume o fato de termos de repensar as relações entre seres humanos e natureza (GUIMARÃES, 2001)

Não são poucos os analistas que, ao abordar esses fenômenos como um processo, e não como um conjunto de vetores específicos, vêem a globalização, a partir da perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento. Questionam, por exemplo, a racionalidade econômica do processo diante da

lógica e dos tempos dos processos naturais (a globalização do capital, e não a do trabalho e a dos recursos naturais) e demonstram ceticismo quanto às possibilidades de uma globalização alicerçada em um modelo de crescimento econômico ascendente e ilimitado, em circunstâncias nas quais muitos dos recursos naturais (fontes não-renováveis de energia, fauna, flora, etc.) se esgotam e processos vitais para estabilidade do ecossistema planetário (ozônio, clima etc.) se debilitam. Além disso, apontam para a não-sustentabilidade social do estilo atual em situações de crescente exclusão geradas ou, no mínimo, agravadas pela própria globalização. (GUIMARÃES, 2001, p.46)

Guimarães (2001) coloca que um dos principais desafios das políticas públicas diz respeito à necessidade de territorializar a sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dar sustentabilidade ao desenvolvimento do território, fazendo com que as atividades produtivas contribuam para o aperfeiçoamento das condições de vida da população e protejam o patrimônio biogenético a ser transmitido às gerações futuras. Assim, “Incorporar o marco ecológico em nossas decisões econômicas e políticas pode ser, efetivamente, mais que uma aspiração, uma necessidade biológica. É preciso reconhecer que as consequências ecológicas do modo como a população utiliza os recursos do planeta estão associadas ao padrão de relações entre os próprios seres humanos. É de fato, insensato tentar desvincular os problemas do meio ambiente dos problemas do desenvolvimento, já que os primeiros são a simples expressão das falências de um determinado estilo de desenvolvimento industrial e o segundo relacionado ao paradigma redistributivo. A compreensão adequada da crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo” (Guimarães, 2001, pg. 51).

A gestão dos resíduos sólidos gerados pelas sociedades se torna uma questão importante no contexto onde necessitamos rever nosso habitus em relação com a natureza para repensar nossos processos de desenvolvimento, visando a preservação ecológica e para que o mundo continue habitável para os seres humanos. A implementação do ASB aparece como solução ao problema ambiental da destinação do lixo gerado pela população do DF e para dar fim ao Lixão da Estrutural, até então considerado pelo Atlas do lixo o segundo maior lixão à céu aberto do mundo. O projeto do aterro surge em 2008, porém ele só é implementado no mandato do governador Rodrigo Rollemberg, em 2015. A implementação do ASB é um projeto delicado visto que modificaria a estrutura da “indústria do lixo” do DF e afetaria a população que tira sua renda da coleta de materiais recicláveis no Lixão da Estrutural, os catadores de

resíduos sólidos, podendo causar insatisfação dessas pessoas e servir de propaganda negativa para o governador que a implementasse.

O lixão da Estrutural é entendido como um problema ambiental e social a ser resolvido na medida em que sua área vai chegando próximo a saturação, pois todo lixo do Distrito Federal desde 1970 é concentrado naquela área e possui diversas atividades irregulares não permitidas pelas políticas Nacionais do Meio Ambiente e dos Resíduos Sólidos, além de situações precárias de trabalho, insalubridades, trabalho infantil e problemas de segurança. Assim, “A questão mais polêmica quanto a existência do lixão da Estrutural é por sua localização estar próxima ao Parque Nacional de Brasília e aos impactos ambientais que, por consequência, vem afetando o seu habitat natural. Outro fator preponderante é quanto à presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham de forma degradante, sendo vítimas de inúmeros acidentes, inclusive fatais” (SLU,2015, pg1.).

Como citado no capítulo anterior, foi a partir do Decreto número 36.437 que, em abril de 2015, o governador Rollerberg instituiu um grupo de trabalho para elaboração e implementação do plano de Intervenção de atividade de ordenamento do Aterro do Jóquei visando melhorar o tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos do Distrito Federal (SLU, 2015). Esse grupo de trabalho possuiu representantes de diversos órgãos do governo porque foi entendido que os problemas que lá ocorriam não eram unicamente do encargo do SLU. O GT foi composto com os seguintes órgãos: Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF; Secretaria do Estado da Saúde do Distrito Federal – SES/DF; Secretaria do Estado da Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF; Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH/DF; Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplag/DF; Secretaria do Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – Seagri/DF/ Secretaria do Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF – Secriança/DF; Secretaria do Estado do Meio Ambiente do DF – Sema/DF; Secretaria do Estado de Gestão do Território e Habitação do DF – Segeth/df; Serviço de Limpeza Urbana do DF- SLU/DF; Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis/DF; Departamento de Trânsito do Distrito Federal- Detran/DF; Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF- Adasa/DF; Companhia Saneamento Ambiental do DF – Caesb/DF. Em dezembro

de 2015 o Plano de Intervenção é finalizado e nele encontram diversas medidas a serem realizadas com o intuito de encerrar as atividades do Lixão e mudar a destinação final dos resíduos sólidos para o ASB. O plano de ação e as medidas de reestruturação da gestão do lixo do Distrito Federal tinham o prazo até 2018 para serem realizadas, assim como o término do mandato do governador Rodrigo Rollemberg.

Com o intuito de entender melhor o projeto de implementação do ASB e o encerramento das atividades do Lixão da Estrutural foi entrevistado um dos funcionários da assessoria de comunicação e mobilização social do SLU tendo como um dos pontos abordados a diferença entre um aterro sanitário e um lixão. Segundo ele:

A política nacional de resíduos sólidos, que levou duas décadas para ficar pronta, estabeleceu os fins dos lixões até 2010. Depois foi adiado, e mesmo com adiamento a gente ainda têm lixões no Brasil. Mas, os lixões são locais onde os resíduos são depositados sem nenhum tipo de preparação do terreno para não haver contaminação dos solos ou do lençol freático. Não há nenhum tipo de controle e existe a presença de catadores. É um lugar aberto onde o lixo é jogado sem nenhum tipo de preparo do terreno e é altamente agressivo, tanto para o meio ambiente quanto para os catadores que atuam ali sem nenhum tipo de proteção. Já um aterro sanitário não. É o oposto disso. A política nacional de resíduos sólidos também trás o aterro sanitário. Na verdade, o lixão foi proibido antes da política nacional de resíduos sólidos. Já tem outras políticas ambientais nos anos oitenta e noventa que já proibem. (Entrevista com funcionário da assessoria de comunicação e mobilização social do SLU realizada em 5 de março de 2018)

No discurso técnico colocado pelos agentes da SLU, os lixões são áreas onde existe o descarte de materiais sem nenhuma gestão, tratamento ou controle sobre a área e pessoas que ali atuam. Em um lixão, o resíduo é depositado a céu aberto, atraindo animais, e não é realizado o tratamento do chorume gerado pela decomposição do lixo que podem contaminar os solos e lençóis freáticos. Existe, também, a presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem nenhuma segurança e fiscalização, sujeitos à diversos acidentes. É na Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010, nos artigos 15º, parágrafo V, e artigo 16º, parágrafo V, que prevê concretamente a elaboração de metas para eliminação e recuperação dos lixões no Brasil:

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por

prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

[...]

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

[...]

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. ([Vigência](#))

[...]

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;’ (2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos) (BRASIL, 2010)

Já no aterro sanitário, o solo é preparado e impermeabilizado para não haver contaminações, o chorume é drenado e encaminhado para estações de tratamento de água, o lixo é aterrado diariamente para não atrair animais, e não existe catadores de materiais recicláveis trabalhando no lugar. A área do aterro sanitário é cercada e há o controle dos caminhões que lá depositam o lixo. Na PNRS a disposição final dos resíduos sólidos está prevista no artigo 3º, parágrafo VIII:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

[...]

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos; (2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos). (BRASIL, 2010)

No caso do lixão da Estrutural algumas medidas de controle já eram realizadas como a queima dos gases gerados pelo processo de decomposição, o chorume era parcialmente canalizado e o lixo, depois de um tempo, era aterrado. Por causa dessas ações o lixão também era chamado de aterro controlado do Jóquei. Após o plano de intervenção, outras medidas de transição foram sendo realizadas durante os anos de

Fonte: Figura retirada do power-point elaborado pela SLU para apresentação na Reunião Comunitária em Samambaia no dia 30 de junho de 2016

A Localização do ASB na região administrativa de Samambaia, próximo às quadras 800 e 1000, popularmente conhecida como Expansão da Samambaia, foi escolhida, tecnicamente de acordo com a apresentação elaborada pelos funcionários da SLU para reunião comunitária com os moradores da Samambaia, por ser uma região próxima às principais regiões administrativas que concentram 40% da população do Distrito Federal, ter a distância mínima de núcleos populacionais superior a 500 metros, possuir uma estação de tratamento de água próxima, já instalada que servirá para tratar o chorume, ter estradas acessíveis e já ser uma região impactada por outras atividades industriais como a fábrica da JBS.

Falando um pouco do aterro sanitário de Samambaia. Por exemplo, ele foi construído naquela área justamente porque ele está próximo da estação de tratamento de esgoto de Samambaia. É uma área que concentra uma grande geração de lixo considerando as cidades que estão ao redor. É uma área bastante antropizada, e bastante impactada por outras atividades humanas. Na região tem alguns complexos industriais. (Entrevista com funcionário da assessoria de comunicação e mobilização social do SLU realizada em 5 de março de 2018)

Mesmo com uma localização propícia, segundo argumentos técnicos do governo distrital, e todos os cuidados de preparação do solo e tratamento do chorume, um aterro sanitário ainda possui impactos ambientais e sociais que devem ser analisados segundo as condições políticas, sociais e ambientais do lugar onde será implantado. Esses impactos decorrem, principalmente, da decomposição dos resíduos aterrados e da área do aterro não poder mais ser utilizada para outros fins, mesmo quando atingir sua lotação máxima. Segundo a entrevista com o agente da SLU sobre os impactos ambientais ocasionados por um aterro sanitário:

O aterro sanitário tem um impacto mas que não pode comparar com um lixão. A gente tem que analisar todo o aspecto econômico, político e social de um país para ver se vai ser viável um aterro sanitário. Por exemplo, na Europa não se usa mais aterro sanitário, porque eles conseguem otimizar a reciclagem em um nível extraordinário, e a gente não. A gente tem catador e eles não ... Aqui o aterro sanitário é a melhor opção em relação à custos, que é muito caro incinerar, e o impacto é o gás metano que é liberado pelo lixo.

Mas não tem contaminação do solo e não tem contaminação da água. O terreno é impermeabilizado por uma manta de polipropileno de alta intensidade, e o solo é compactado com uma camada de argila. Então tem toda uma infraestrutura para isso. O chorume é tratado. Mas hoje, o gás do aterro sanitário está sendo liberado porque a quantidade é muito pequena pelo motivo do aterro ser muito novinho, foi inaugurado em janeiro do ano passado, mas futuramente o gás pode ser captado para geração de energia. Hoje, o que acontece com o gás é que ele é queimado. Ele vira CO₂ e se torna menos impactante na atmosfera. Não tem catador, só tem máquinas, tratores. Você vê que o aspecto é absolutamente diferente de um aterro sanitário para um lixão. Todo caminhão que entra lá passa pela portaria, ele é pesado e cadastrado e são caminhões do SLU. (Entrevista com funcionário da assessoria de comunicação e mobilização social do SLU realizada em 5 de março de 2018) .

De acordo com as políticas de gestão de resíduos brasileiras, a implementação de aterros sanitários é a tecnologia escolhida no contexto social e político, juntamente com a implementação e ampliação da coleta seletiva. No Distrito Federal, as medidas que vêm sendo adotadas pelo governador de colocar o fechamento do lixão da Estrutural e a inauguração do ASB como prioridade de execução de seu mandato reflete as tentativas de enquadramento do Distrito às diretrizes da política nacional.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) determina como prioridade a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, e para que tal Sistema funcione é necessário que exista a coleta seletiva. Entende-se por coleta seletiva a coleta de resíduos previamente segregados conforme sua constituição ou composição. No DF o SLU realiza a coleta convencional e seletiva através de licitações e contratos com cooperativas. A coleta convencional dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais, dos resíduos de limpeza urbana e de pequenos volumes de entulhos é aquela onde os resíduos não foram separados previamente, e é realizada por duas empresas em três lotes segundo com a tabela a seguir:

TABELA 1 - Empresas responsáveis pela coleta convencional dos resíduos no DF e suas abrangências.

	Empresa	Percentual Coleta	Abrangência
Lote I	Sustentare	50%	Itapoã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darmas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto
Lote II	Valor Ambiental	32%	Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Amiqueira, Vila Estrutural, Park Way II, Parque Sol Nascente
Lote III	Valor Ambiental	18%	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente

(Fonte: SLU, 2017, pg. 47)

A coleta seletiva, no ano de 2017, encontra-se implementada em 17 das 31 regiões administrativas. No entanto, em algumas delas a coleta realiza-se parcialmente, apenas em locais de maior geração de recicláveis, como comércio, edificações verticalizadas, e em residências de maior renda. A coleta seletiva é realizada pela empresa Valor Ambiental em 12 regiões administrativas e por 4 cooperativas que atuam em 4 regiões administrativas segundo a tabela a seguir:

TABELA 2 - Empresas e cooperativas responsáveis pela coleta convencional dos resíduos no DF e suas abrangências.

	Empresa / Cooperativa	Percentual Coleta por RA	Abrangência
Lote IV	Valor Ambiental	100%	Plano Piloto, Guará, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal, S.I.A, Lago Norte (CA), Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras, Vicente Pires, S.C.I.A./Estrutural, Park Way
	CSI Recicle a Vida	15%	Samambaia
	CSI Acobraz	60%	Brazlândia
	CSI R3	30%	Santa Maria
	CSI Renascer	90%	Candangolândia e Núcleo Bandeirante

(Fonte: SLU, 2017, pg. 48)

Além dos materiais provenientes da coleta convencional, seletiva, de varrição e outros, o SLU recebe resíduos sólidos que são resultado de outros tratamentos de limpeza urbana. Como, por exemplo, os resíduos sólidos recebidos pela CAESB, que são os resíduos retirados do tratamento preliminar de esgoto, onde é realizada a retenção da parcela sólida que chega junto com os esgotos às estações de tratamento.

Com a implementação do ASB, a destinação do lixo sofreu alterações. O SLU possui além dos postos de destinação final, que são o ASB e o lixão da Estrutural (para a destinação de materiais da construção civil), unidades de tratamento, triagem e de transbordo, onde ocorrem a separação e o redirecionamento do lixo.

O Serviço de Limpeza Urbana realiza a coleta convencional e seletiva dos resíduos sólidos gerados no DF. A coleta convencional direciona os resíduos sólidos para duas unidades de tratamento, para

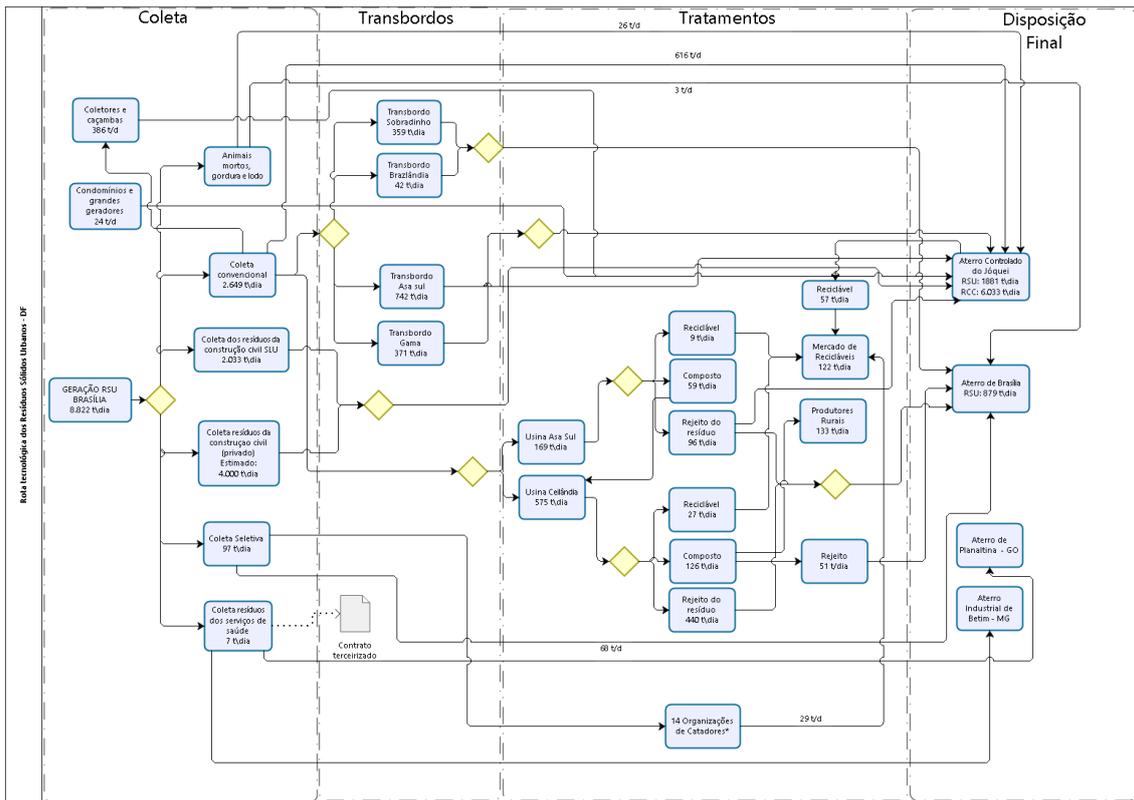
quatro unidades de transbordo e diretamente para o Aterro Controlado do Jóquei. Os rejeitos das unidades de tratamento e dos transbordos foram destinados em 2017 ao Aterro Controlado do Jóquei e ao Aterro Sanitário de Brasília.

A coleta seletiva foi realizada em 17 Regiões Administrativas, tanto por empresa prestadora de serviços quanto por cooperativas de catadores. Todo o material coletado foi direcionado às 14 organizações de catadores cadastradas para este fim.

Para dar continuidade ao processo de recebimento, triagem, prensagem, enfardamento e comercialização dos resíduos sólidos recicláveis, o SLU está contratando a reforma e construção de Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR). Enquanto não ficam prontas, os catadores foram instalados em galpões alugados pelo SLU. A transferência dos catadores foi uma condição necessária para viabilizar o fechamento do Lixão da Estrutural, ou Aterro Controlado do Jóquei, marcado para 20 de janeiro de 2018. (SLU, 2017 pg. 63)

Antes do ASB a maior parte do lixo era encaminhada para o lixão da Estrutural, já os materiais da coleta seletiva eram entregues para as cooperativas de catadores e 8% do lixo orgânico era compostado na Usina do PSUL que fica na região Administrativa da Ceilândia. Os resíduos volumosos como entulhos, móveis velhos e resíduos da construção civil também eram encaminhados para o lixão da Estrutural. Depois da Inauguração do ASB os orgânicos ainda são compostados no PSul, quinze cooperativas foram contratadas para fazer a triagem (separação) dos resíduos oriundos da coleta seletiva, o que não pode ser aproveitado é encaminhado para o ASB, e o lixão da Estrutural virou uma área de recebimento de resíduos da construção civil. Os resíduos oriundos da coleta convencional são direcionados para unidade de transbordo e depois encaminhadas para o ASB. No DF, o SLU possui 3 unidades de transbordo, sendo que 2 delas possuem cooperativas de catadores trabalhando para coletar materiais recicláveis. Sobre os resíduos da saúde a empresa Stericycle foi contratada para fazer a coleta e incineração dos materiais. Na figura 2 encontra-se ilustrado a trajetória dos resíduos desde sua coleta até a sua destinação final no ano 2017.

Figura 2 - Fluxo dos Resíduos Sólidos



(Fonte: SLU, 2017 - Relatório Anual de atividades, pg. 21)

No Distrito Federal a coleta seletiva não foi integralmente implementada, estando presente em apenas 17 regiões administrativas. A ampliação da coleta seletiva encontra-se no plano diretor da SLU onde medidas estão sendo elaboradas para que isso ocorra. Na Tabela 3 podemos observar os indicadores estratégicos da SLU para os serviços de coleta e reciclagem do ano de 2017. Contudo, o sistema que já foi implementado, com o encerramento do lixão da estrutural e a implementação do ASB, para funcionar com eficiência, depende da plena implementação da coleta seletiva.

TABELA 3 - Indicadores Estratégicos do SLU para 2017

Serviço	Indicador	Fórmula	Resultado	Meta 2017
Coleta convencional	Taxa de disposição final em aterro sanitário	Somatório dos resíduos sólidos aterrados em aterro sanitário / Total dos resíduos sólidos aterrados x 100	31%*	100%
Coleta seletiva	Taxa de domicílios com coleta seletiva regular	Somatório dos domicílios cobertos pela coleta seletiva / Total domicílios do DF x 100	49%	60%**
Serviços de reciclagem e recuperação	Taxa de resíduos sólidos reciclados e recuperados	Somatório do material reciclado triado + somatório do composto orgânico produzido / Total dos resíduos sólidos domiciliares coletados x 100	10,72%	11%

* Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jôquei - ACJ, devido à falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado;

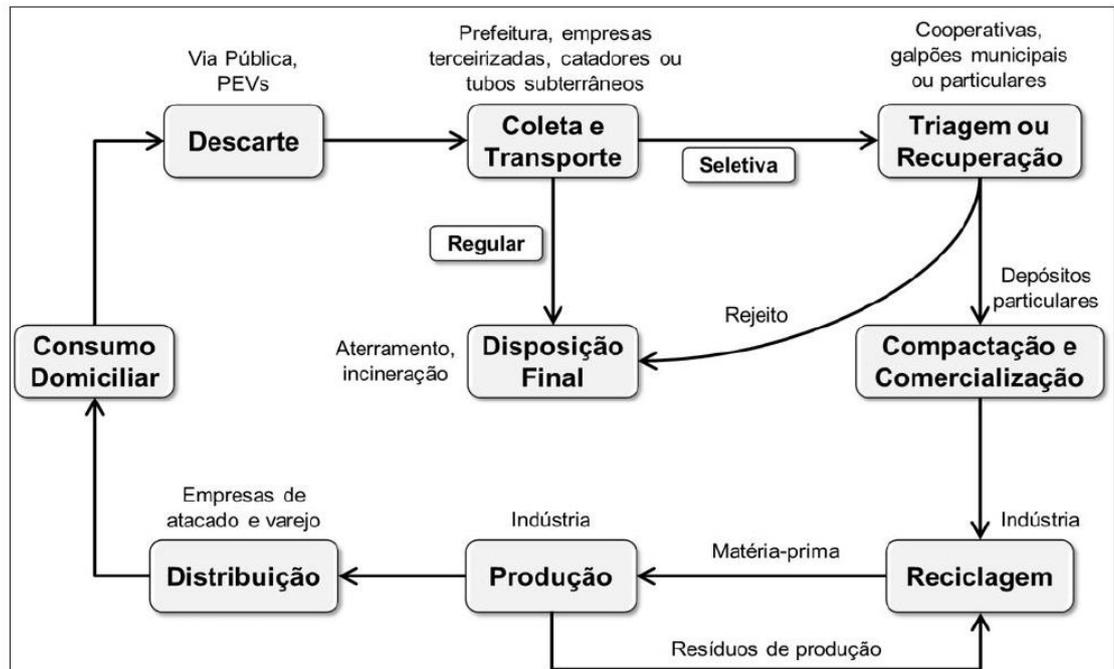
** Previsão de mudança no indicador, após o início da coleta pelas cooperativas de catadores, conforme definido no Acordo de Resultados do Governo e da retomada da coleta seletiva onde a mesma foi suspensa.

(Fonte: SLU, 2017, pg. 45)

Em um contexto ideal, um aterro sanitário só deveria receber resíduos que não conseguem ser tratados, reciclados ou reutilizados e para isso os processos de separação dos materiais é essencial. Se não existe uma coleta seletiva eficiente e os materiais não são devidamente separados a consequência é que o aterro sanitário recebe e aterra esses materiais que deveriam estar em outra cadeia econômica, gerando renda para os catadores e aumentando a vida útil do aterro, visto que menos materiais seriam lá aterrados. Um aterro sanitário que recebe qualquer tipo de material e que atua com uma má administração pode se tornar mais um lixão. “Muito associada à separação e à reciclagem, a coleta seletiva não é apenas um recolhimento diferenciado do lixo e sim um ciclo que se inicia com a geração e descarte do resíduo e se completa com o material reciclável sendo reempregado em um processo produtivo” (Grimberg & Blauth, 1998; IBAM, 2001. Citado em: CONKE e PINHEIRO DO NASCIMENTO, 2018). A reciclagem significa um conjunto de operações industriais que modificam as características físicas de determinado material para aprimorar suas propriedades, seu rendimento e para que possa ser transformado em outro produto. Entretanto “a ideia de reciclável não está associada somente à existência de tecnologia de transformação física dos materiais, mas principalmente à sua viabilidade de comercialização; itens sem valor no mercado são considerados rejeitos (não recicláveis) ” (CONKE e PINHEIRO DO NASCIMENTO, 2018, pg.201 e 202). A Figura 3 nos mostra o ciclo da coleta de lixo

domiciliar urbana introduzindo a reciclagem e a reentrada dos novos produtos transformados no mercado e no consumo domiciliar.

Figura 3: Ciclo da coleta de lixo domiciliar urbana.



(FONTE: CONKE e PINHEIRO DO NASCIMENTO, 2018, pg.20)

Portanto, a coleta seletiva é essencial para a que reciclagem aconteça e assim, os materiais descartados possam ser reintroduzidos no mercado, gerando renda, estimulando novas economias e servir como um instrumento importante para a justiça ambiental posto que menos resíduos são aterrados, gerando menos impactos ao meio ambiente. Visto que no Distrito Federal a coleta seletiva não foi amplamente implementada e que o mercado da reciclagem é muito tímido, a construção do ASB foi questionada pelos moradores da região de Samambaia que alegavam que o governo estaria trazendo o lixão da Estrutural para lá. Esse questionamento é decorrente da percepção da população em relação a ineficiência da coleta seletiva e que consequentemente o aterro funcionaria como um lixão, recebendo qualquer tipo de resíduo sem ser tratados e separados previamente.

Durante o período de construção e implementação do ASB ocorreram audiências públicas e reuniões comunitárias com os moradores da região administrativa de Samambaia com. Essas reuniões tinham o intuito de criar um diálogo com os cidadãos, principalmente, para informá-los sobre o que era um aterro sanitário e sua diferença em

relação ao lixão. Em função da insatisfação dos moradores, ocorreram mobilizações e manifestações de alguns moradores contra a implementação do aterro que ocasionaram em negociações com o governo para que medidas compensatórias e benfeitorias fossem realizadas na região. Essas manifestações e negociações, que serão abordadas no capítulo 3 desta dissertação, mostram as críticas e demandas dos moradores onde as pessoas a partir da situação problemática, relacionada à instalação do ASB, elaboram um problema de estatura pública, estratégias de ação e utilizam-se de dispositivos para que suas insatisfações e necessidades cidadãos sejam reconhecidas e no quadro do processo decisório sobre a implementação do aterro suas vozes fossem contempladas.

CAPÍTULO 3 - MOBILIZAÇÕES E REAÇÕES DOS MORADORES DA SAMAMBAIA EM RELAÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE BRASÍLIA

O Aterro Sanitário de Brasília foi construído próximo às quadras 800 e 1000 da Samambaia, localidade onde também se encontra a fábrica de alimentos JBS, e a estação de tratamento de águas Melchior da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb). Essa região é bastante impactada por atividades econômicas que causa, por exemplo, mal cheiro nas redondezas, depreciação imobiliária, e era desprovida de serviços públicos básicos como rede de esgoto, posto de saúde e transporte público satisfatórios para a população. Essa área popularmente chamada de expansão da samambaia, é uma área de vulnerabilidade social, visto que muitas famílias de baixa renda lá vivem.

Foi a partir de mobilizações e negociações com o governo que os moradores locais pleitearam de forma mais organizada acessos a serviços de infraestrutura básicos, na verdade, direitos sociais, até, então, não garantidos, mas demandados pelos moradores. Essas negociações aconteceram permeadas por micro-mobilizações que discutiam os termos do dispositivo de compensação ambiental e social pela implementação do aterro sanitário na região. Dispositivos, neste trabalho, são entendidos nos termos de Dodier e Bardot (2017) onde eles são concebidos como um encadeamento preparado de sequências, destinado a qualificar ou a transformar estados de coisas por intermédio de um agenciamento de elementos materiais e linguísticos. Os protestos coletivos de moradores da Samambaia contrários à instalação do aterro sanitário na região ao mesmo tempo que colocam em prova a implementação da tecnologia de tratamento de resíduos são também colocados à prova pelas fragilidades de vínculos e engajamentos entre os cidadãos concernidos nas mobilizações.

Com intuito de resgatar a história das mobilizações sociais da população de Samambaia foi realizado uma série de entrevistas com pessoas envolvidas nos movimentos de resistência a implementação do Aterro Sanitário de Brasília. Essas pessoas foram encontradas principalmente a partir de suas páginas on-line na internet que são utilizadas como instrumento de publicização de suas demandas e críticas à administração da região onde vivem e a partir das listas de presenças das reuniões comunitárias sobre o ASB realizadas pela SLU.

O primeiro entrevistado foi o senhor José, prefeito comunitário da prefeitura Precomu, que é uma organização, sem fins lucrativos, dos moradores das quadras 800 e 1000 da Samambaia. A partir dessa conversa, foi organizado uma entrevista coletiva, na casa do senhor José com alguns dos moradores da região com o intuito de entender as percepções que eles têm em relação ao aterro sanitário construído próximo às suas residências. José possui uma página no facebook onde ele deixa registrado todas suas ações comunitárias, desde suas reuniões com administradores e governantes, até denúncias sobre infraestrutura e serviços públicos que não estão sendo realizados de forma devida à população. Ele luta por melhorias na região desde que mudou para o local em 2009. Sua atuação acontece através de manifestações locais com intuito de atrair a grande mídia e publicizar as suas demandas para uma audiência maior e assim atrair a atenção dos governadores, visto que, em sua percepção, a Administração de Samambaia e os seus Deputados não fazem nada pela região.

Outro entrevistado foi o senhor Lucas, assistente social, participante da Associação de moradores ASSMMUSAM - Associação dos mutuários e moradores da SHIS da Samambaia e da Samambaia - DF. Lucas foi sub-administrador de Samambaia no período do governo do Agnelo entre 2011 e 2015 e é do movimento social da cidade participando das discussões sobre o aterro desde 2004. Lucas e José são duas lideranças que participaram do processo de negociação com o governo, porém fazem parte de movimentos diferentes com abordagens de manifestação e ações distintos. Lucas segue uma linha mais governamentalista e burocrática abrindo processos no ministério público e cartas e ofícios destinados às instituições responsáveis e o José parte para manifestações de rua, onde muitas vezes já fechou rodovias para conseguir atenção da grande mídia e publicizar os problemas locais e suas demandas.

Também foram entrevistados os participantes do movimento fora lixão, Gabriel, Pedro e Matheus. Esse grupo surgiu a partir de um projeto do cursinho popular que eles criaram para oferecer aulas à população. Com a situação da implementação do Aterro Sanitário, eles se manifestaram contra a sua vinda, abrindo um blog <<http://foralixao.blogspot.com/>> para publicizar os riscos á implantação do aterro, realizavam palestras em escolas e igrejas e participavam de manifestações junto com o José. Contudo o movimento parou quando a implementação estava concretizada, ao contrário das mobilizações do Lucas e José que continuaram negociando com o governo em buscas de compensações sociais e ambientais para região.

Na pesquisa encontramos, portanto, três frentes de liderança de três distintos movimentos que questionaram a instalação do ASB na Samambaia, que fazem alusão à figura blumeriana do “agitador”. Blumer ao analisar a importância da agitação no movimento social, como meio de excitar as pessoas e despertar nelas novos impulsos e idéias que as tornam inquietas e insatisfeitas o autor considera dois tipos de situação social (NUNES,2013):

“A primeira, marcada por abuso e discriminação injusta, mas em que os agentes envolvidos consideram natural a situação e não a questionam. Nessa situação, o papel do agitador é levá-los a desafiar e questionar seu próprio modo de vida, criando a inquietude social onde ela não ocorria. Em outra situação, as pessoas já estão alertas, inquietas e descontentes, mas são muito tímidas para agir ou não sabem o que fazer. Aqui o agitador deve intensificar, liberar e orientar as tensões que os agentes já experimentam. Há um perfil de self e uma modalidade de performance correspondente que seriam adequados ao agitador em cada uma das situações.” (NUNES, 2013, pg. 4)

José, Lucas, Gabriel, Pedro e Matheus representam, no contexto analisado, agitadores que questionam a situação da instalação do ASB e tentam levar outras pessoas a se questionar e a se mobilizar contra sua instalação e/ou negociar compensações sociais e ambientais para região.

Podemos observar que o ASB, em um primeiro momento, possibilitou a formação de um público, nos termos de Cefai (2017), que a partir de um problema em comum questionada a implementação do ASB em Samambaia, e devido a situação social de baixa renda da população local, representava um descaso com os moradores visto que a região não recebia nenhuma melhoria, só atraindo empreendimentos estigmatizados ou indesejados para serem instalados.

Segundo a entrevista coletiva com os Moradores das quadras 800 e 1000 da Samambaia, a maioria dos entrevistados dizem que a comunidade local não concordou com a implementação do ASB e se sentem insatisfeitos com a presença dele no local. Contudo alguns moradores dizem que são indiferentes e que não percebem a presença do ASB contrariando as falas dos moradores que denunciam algumas atividades que decorrem do funcionamento do ASB, como a circulação irregular dos caminhões de lixo transitando pelas vias da RA, a presença de urubus e outros animais, mal cheiro e

presença de moscas. Essas atividades denunciadas pelos moradores são justificadas por agentes do SLU e do governo como problemas enfrentados na região antes da construção do aterro e que possivelmente são provenientes das outras atividades industriais que lá existem. A presença de animais é explicada como sob controle com a premissa de que o Aterro Sanitário segue todas as regras de funcionamento e possuem medidas para evitar que esses animais se aproximem. Sobre a rota dos caminhões de lixo, foi acordado um trajeto que passaria por uma via da Samambaia, mas logo voltariam para as rodovias que passam ao redor da RA. As denúncias das irregularidades dos caminhões passando por lugares que não deveriam ainda não se estruturaram formalmente, e não refletem respostas e medidas da administração e nem da SLU. Outras reclamações dos moradores é que a presença do ASB desvaloriza a região, ocasionando depreciação dos imóveis e desmotivando a instalação de estabelecimentos comerciais. Alguns questionamentos sobre a segurança do Aterro Sanitário em relação ao Meio Ambiente e sua localização muito próxima ao meio urbano são colocadas, contudo o SLU reafirma que seguem as normas de segurança legais estabelecidas e que o Aterro Sanitário é uma tecnologia de aterramento de rejeitos com menos danos Sociais e Ambientais.

Abaixo segue o quadro de análise das principais falas que ouvimos nas entrevistas sobre as percepções dos moradores de Samambaia em relação ao ASB:

Quadro 1: Percepções dos moradores de Samambaia sobre o Aterro Sanitário de Brasília

Percepções sobre o Aterro Sanitário de Brasília		
Entrevista - Casa do José	Data:23/02/2018	Local: Casa do José - Samambaia
Entrevistados: José, Carlos, Ana e Maria		
Verbalizações	Palavras Chaves	Conceitos de análise
Carlos: “Aqui ninguém aceitou o aterro. Ninguém queria esse aterro ai.”	ninguém aceitou, aterro	Aterro Sanitário

Carlos: “Rapaz, o mal cheiro. E tem nascente próximo ao aterro. Tinha um colégio também. Tem rota de avião. Sempre falava.”	mal cheiro, nascente, colégio, rota de avião	Meio ambiente; Infra estrutura
Carlos: “Vai prejudicar a nascente que tem. O principal é a nascente. Os aviões se eles quiserem eles tiram as rotas, mas a nascente não tem como.”	nascente, rota de avião	Meio ambiente; Aviões
Maria: “A princípio quando foi gerado esse projeto a comunidade nenhuma concordou.”	a comunidade nenhuma concordou	Discordância
Maria: “No início toda a comunidade foi contra a vinda desse aterro. Porque a princípio a visão do aterro nos lembra o que? Lixo. O retrato da estrutural. ... Então a gente via tirando o lixo das pessoas que já estavam acostumadas com isso, que sobreviviam daquilo e trazendo para uma comunidade que não estava gostando. Que não iria trazer benfeitoria nenhuma para comunidade. Pelo contrário. Iria desvalorizar ainda mais esse local que já não é muito bem visto. Então ao invés de trazer outras coisas para cá, porque aqui não se tem nada na expansão. Se tem o serviço básico. Agora que veio o esgoto. Mas se tem o serviço básico.”	contra a vinda do aterro; lixo; benfeitoria; desvalorizar; serviço básico	Desvalorização; Serviços
Maria: “As benfeitorias que deveriam vir para cá não veem por parte do governo. E as que tem, que é aquela creche lá em cima, projetos que não são do governo, são projetos de pessoas e instituições. Lá em cima é católico, vão fechar as portas. Então nós não vimos com bons olhos esse lixão. Nós não vimos, e até hoje a comunidade não fica feliz com a instalação do lixão bem próximo de uma cidade que é bem populosa. A expansão está crescendo bastante.”	benfeitorias; não vimos com bons olhos; lixão;	Benfeitorias; insatisfação
Maria: “Quando fala lá na expansão, a, la perto do aterro sanitário. Então nos liga sempre ao lixão.”	aterro sanitário; lixão;	Aterro Sanitário; Lixão
Maria: “Os moradores vão, alguns falam, mas infelizmente a voz da comunidade não foi ouvida, o projeto foi adiante e hoje tem o aterro. O aterro foi instalado e foi concluído. Porque hoje ele está ativo. Você vê a movimentação e eles está ativo. Tem guarita. Tem a entrada e sabida dos caminhões. É ativo.”	comunidade não foi ouvida; aterro;	Participação

<p>Maria: “Então a gente sempre soube a possibilidade de vir um aterro aqui para próximo dessa comunidade. Mas a gente, fizemos, a comunidade se levantaram, o José foi um deles, tentando impedir que esse projeto seguisse adiante, mas infelizmente não teve sucesso. Porque envolve outras coisas, o governo. Ele é terceirizado o aterro?; Ele é terceirizado. E as pessoas acho que vão cobrar o entulho de outras construções. Então eles vão receber por isso. Então envolve isso. Então o governo, o único que foi, o único que teve algum tipo de ganho foi o governo. Pra comunidade nenhuma. Tirou até uma escola, não foi José? Da Guariroba, por causa do Aterro?”</p>	<p>aterro; impedir; terceirizado;ganho;</p>	<p>Aterro Sanitário; mobilização</p>
<p>Maria: “Já que não tem jeito. Não há satisfação, de maneira alguma. Posso falar de noventa por cento.”</p>	<p>não há satisfação</p>	<p>Insatisfação</p>
<p>Ana: “No início também tinha mal cheiro.”</p>	<p>mal cheiro</p>	
<p>Ana: ”Muito mal cheiro, mosca.”</p>	<p>mal cheiro, mosca</p>	
<p>Maria: “Mas é uma insatisfação sim. Da parte da comunidade não vou falar cem por cento, mas noventa, noventa e cinco por cento com certeza não está satisfeita com o aterro sanitário aqui na nossa cidade de maneira alguma. Se hoje for de porta em porta fazer uma pesquisa você pode ter certeza que a maioria dos moradores vão falar não para o aterro sanitário.”</p>	<p>insatisfação, não está satisfeita</p>	<p>Insatisfação</p>
<p>Maria: “Aqui é expansão da Samambaia. Com a vinda do lixão essa área aqui ficou ainda muito mal vista. Não valorizada. As pessoas olham pra esse lugar e não veem aqui um local de uma possível instalação de uma loja, com potencial, um lugar onde vai atrair clientes. Muitos ligam isso aqui, a expansão, com o aterro sanitário mesmo. Não querendo investir nessa cidade. Não querendo comprar imóveis nessa cidade porque tem o aterro próximo, o preço vai lá embaixo, não é valorizado. Então isso prejudicou muito. A maioria dos moradores quando tem e é trago a tona do aterro certamente falam sobre isso.”</p>	<p>lixão, mal vista, não valorizada, aterro sanitário, não querendo investir nessa cidade, não é valorizado, prejudicou</p>	<p>Desvalorização, insatisfação</p>

<p>Maria: “Não trouxe benefícios. E as daqui não foi beneficiadas pelo lixão. Porque poderia ter sido. Já que veio para cá. Era para ter trago também benefícios, mas não trouxe nenhum.”</p>	<p>não trouxe benefícios, lixão</p>	<p>Benfeitorias</p>
<p>Maria: “E sem falar que no lixão da estrutural muitas famílias trabalhavam lá e aqui não está sendo benefício para nenhum morador aqui da Samambaia.”</p>	<p>lixão, não está sendo benefício</p>	<p>Lixão; Benfeitorias</p>
<p>José: “Na verdade esse projeto foi do Roriz. Na verdade esse aterro não era para ser aqui. Do modo de eu pensar. Eu fechei a BR várias vezes. Por exemplo, a gente já tem o problema com o adubo da BONASA, que é o maior fedor, é cheio de mosca. Tem problema com a CAESB que está a cada vez chegando mais perto da nascente. Então eu briguei muito para não vir, mas eu vi que não teve jeito como brigar. Já era projeto, já era certo para vir.”</p>	<p>aterro; BR; adubo; fedor; mosca; CAESB; nascente; brigar;</p>	<p>Meio Ambiente, Infra Estrutura; Aterro Sanitário</p>
<p>José: “Eu acredito que nenhum dos moradores queria acordar com o aterro no fundo do quintal na casa dele. Imagina a pessoa acordar de manhã cedo e ver o aterro no fundo do quintal da casa. Mas como não tinha jeito. Lá tinha várias nascentes, não sei se vocês viram vídeos lá. Eu cheguei a gravar as nascentes lá de baixo e fui contra e sou contra, mas eu sozinho não consigo tirar.”</p>	<p>aterro; quintal da casa; nascentes; vídeos; contra;</p>	<p>Aterro Sanitário; moradias; Meio Ambiente</p>
<p>José: “Eu acho que o aterro teria que colocar mais distante da população.”</p>	<p>aterro; distante da população;</p>	<p>Aterro Sanitário; Localização</p>
<p>José: “Eu acho que foi falta de planejamento. Eu sei que cada lugar precisa ter o seu cantinho de aterro, do lixo, alguma coisa, mas aqui não seria o lugar certo. Porque lá tudo que tem lá dessas coisas de chorume, cai tudo dentro do rio, desce de cabeça abaixo e vai parar no Corumbá. Se vocês subirem aquele córrego de canoa vocês vão ver que a água que cai la dentro, eu acho que não, eu acho que não tem nada a ver. Além de que lá tem muita mata e lugar de mata não é lugar de fazer aterro não. Eu toda a vida eu sou contra e sou contra toda vida.”</p>	<p>falta de planejamento; aterro; lixo; chorume; rio; mata;</p>	<p>Planejamento; Meio Ambiente;</p>

<p>José : “Aqui ninguém é a favor do aterro, vocês podem entrevistar as pessoas aqui, ninguém. Eu já recebi denúncia e quem sabe daqui uns dias eu não vou colocar isso na mídia, já estou sabendo que tem gente jogando caminhão de lixo lá sem levar para coleta, a triagem. Então eu estou esperando receber essas filmagens para poder fazer a denúncia.”</p>	<p>ninguém é a favor; denúncia; caminhão de lixo; coleta; triagem; filmagens;</p>	<p>Discordância; Coleta de lixo; Denúncia; Publicização</p>
<p>José: “Não sei se lá no aterro eles estão fazendo certinho, só sei que nós estamos de olho. E qualquer coisa que estiver lá não vai ficar escondido não. Se dependesse de mim o aterro nem tinha vindo.”</p>	<p>aterro;</p>	<p>Aterro Sanitário</p>
<p>José: “O dano que eu acho que tinha que acontecer e que pode acontecer é desmatando aquelas matas, derrubando pé de pequi, pé de aroeira, pé dessas coisas aí. Isso aí pra mim é o dano, que acabou com essas coisas.”</p>	<p>dano; desmatando; matas;</p>	<p>Meio Ambiente</p>
<p>José: “O que fazer com o lixo, na verdade tem que ter o aterro, mas no lugar adequado. Claro que para ter o lixo, tem que separar e tal, mas procurasse um lugar mais distante da população. Deus me livre acontecer alguma coisa com o solo.”</p>	<p>lixo; aterro; lugar adequado; distante; solo;</p>	<p>Lixo, Aterro Sanitário; Localização; Meio Ambiente</p>
<p>José: “Tem gente que ainda pergunta se o aterro está aí. ... As pessoas veem que o aterro tá aí quando os caminhões começam a passar por dentro da cidade.”</p>	<p>aterro; caminhões;</p>	<p>Aterro Sanitário</p>
<p>José: “As pessoas não querem ser vizinhas do aterro. Ninguém quer ser vizinho do lixão, ninguém quer ser vizinho de aterro.”</p>	<p>aterro; vizinhas; lixão</p>	<p>Aterro Sanitário, Lixão; Vizinhança</p>

<p>José: “Só o que acontece, esses aviões que passam aqui, eles derrubaram um prédio lá de cima, porque esse prédio tinha não sei quantos andares. E o aterro? Será que não trás urubu? Para entrar em uma turbina dessas... D: Eles falam que não atraem. Você acha que eles chegam pro lixo hoje e eles vão pegar aquele lixo todinho e vai aterrar?... D: Com certeza não. O caminhão que tiver ali perto sempre vai deixar alguma coisa. Então, aquilo ali não tem dúvida. Eu falo. Eu já cheguei a tirar várias fotos, se procurar você vê os urubus passando. Então eles falam que não, que tem um jeito de proteger dos urubus no aterro. Eu, se você abrir um buraco, enterrando o resíduo o urubu ainda fica por ali. Então eu acho que esse aterro aí tinha que...D: Eu já tirei várias fotos. Se você procurar lá você vê. Porque tipo assim, para eles não vale você ir e bater uma foto. Eles falaram que você foi lá no aeroporto e bateu. Então tem avião que passa com um monte de urubu. Se procurar no face você acha. D:Aqui. E aí quando a gente vai lá na manifestação e fala que vai fechar BR por causa que é rota de avião e tals. Eles falam não, tem uns negócios lá que não deixa os urubus passarem perto. Tudo bonitinho.”</p>	<p>aviões, urubu, lixo, manifestação, foto</p>	<p>Manifestações; Aviões</p>
<p>José: “Na verdade, esse aterro não era para ser aqui.”</p>	<p>aterro</p>	<p>Aterro Sanitário</p>
<p>Entrevista Coletiva Moradores 800 e 1000</p>	<p>Data: 01/03/2018</p>	<p>Local: Casa do José - Samambaia</p>
<p>Entrevistados: P1, P2, P3,P4,P5,P6 ,P7,P8, P9, P10, José</p>		

<p>P5: “Na verdade nós não aceitávamos o aterro sanitário. Foi uma luta que foi travada, a gente fez muito barulho aqui. Muito mesmo, não foi pouco não. Com passeata na Samambaia Sul e Norte, divulgando, com som e alertando o povo. Vamos despertar porque são mais de 100 mil famílias aqui. Então se essas famílias tivessem levantado ele não teria vindo. Olha só, lá no Riacho Fundo, eles foram fazer uma coleta seletiva lá, e os moradores fizeram uma corrente humana e não permitiram que acontecesse. Hoje foi construída uma faculdade lá. Ou seja, a união é a força. Uns desanimam, outros são animados, outros vem a dificuldade e desistem, acham que não vai surtir efeito. Assim, nós fomos até a último momento. E como nós vimos que essa foi uma guerra que nós perdemos mesmo, porque a gente concorda com o aterro sanitário, mas a gente não queria que fosse colocado aqui. A gente queria que eles estudassem outros setores, outros lugares mais distantes da população igual é aqui. Então não teve como. Eu acho que a quantidade de gente foi pouca, se tivesse mais gente talvez teria derrubado isso daí. De todas as nossas lutas a do aterro foi a que nós perdemos. Aí José passou a ter outra visão, então já que não tem como voltar atrás mesmo, então a gente vai ter que pedir que seja ressarcido. Nós não tínhamos rede de esgoto, nós não tínhamos terminal de ônibus, a gente vivia na luta buscando ônibus lá em cima, chegando de madrugada tarde da noite, de baixo de chuva, de baixo de sol, com as crianças pequenas. Então não teve como, então agora vai ter que ressarcir. Trazer rede de esgoto, trazer o terminal rodoviário pra gente, o CRAS vira e mexe tem um problema e vai lá em cima na imprensa e não baixa a guarda.”</p>	<p>aterro sanitário; luta; passeata; guerra; perdemos; ressarcido; rede de esgoto; terminal de ônibus; cras;</p>	<p>Aterro Sanitário; manifestações; Infra Estrutura; Serviços Públicos;</p>
<p>P6: “O aterro sanitário foi feito em cima de muitas nascentes, então o que que acontece, cadê o IBAMA, porque o IBAMA não entrou na questão na época? Aquilo ali não está dando prejuízo agora, mas e no futuro? Aquilo ali pode cair aos pedaços a qualquer hora e aí vai ser um prejuízo tremendo. É só esperar para ver, porque aquilo ali, feito em cima de nascente, você acha que mais tarde a água não vai começar a dar um prejuízo nas paredes? Ninguém fez nada. Todo mundo sabia que ali tinha um monte de nascente.”</p>	<p>nascentes; prejuízo;</p>	<p>Meio Ambiente</p>
<p>P7: “Pra mim não, nem fede nem cheira.”</p>	<p>não fede, nem</p>	<p>Indiferença</p>

	cheira;	
P3: “Por enquanto nem fede nem cheira. A gente achava que ia feder, mas por enquanto não.”	nem fede, nem cheira; feder	Indiferença
P6: “Por enquanto o aterro não está fedendo, mas quando os caminhões começar a passar aqui pela principal ai vai incomodar.”	aterro; fedendo; caminhões; incomodar	Aterro Sanitário; Insatisfação
P9: “Não era para ter aterro sanitário aqui porque aqui é porta de esgoto. Vai ser recompensado o que? Se a só frango e a JBS já prejudica com o fedor imagina o aterro sanitário aqui. Se os próprios governantes não respeitam a lei, quem é que vai respeitar? A gente faz a nossa parte. A gente vai reivindicar, corre atrás, mas entra em um ouvido e sai no outro. Ninguém faz nada não.”	aterro sanitário; esgoto; recompensando; prejudica; governantes; respeitar; reivindica;	Aterro Sanitário; Infra Estrutura; Benfeitorias; Reivindicações
P10: “Quando tiver um urubu fazendo cair um avião em cima das nossas casas, aí sim eles vão pensar na besteira que eles fizeram de botar esse sanitário aí. Espera pra ver.”	urubu; avião; besteira; aterro sanitário;	Aterro Sanitário; Aviões
Entrevista - Lucas	Data:13/06/2018	Local: Casa do Lucas - Samambaia
Entrevistado: Lucas		
Lucas: “O aterro está recebendo lixo sem reciclar. Eu tive lá fazendo uma visita. Esses caminhões pequenos da rua é lixo sem reciclar. Não tem uma campanha para reciclar o lixo. No começo fazia a gente reciclar aí não vinha, a gente desistia e agora está voltando de novo. Se não reciclar o lixo a duração do aterro é só 10 anos, se reciclar o lixo, talvez para 15 anos.”	aterro; lixo; reciclar; caminhões;	Aterro Sanitário; Reciclagem;
Lucas: “Tivemos um problema, a princípio que era os caminhões passando por dentro da cidade vindo da usina no PSUL. Dentro da cidade danificando o asfalto. Aí nós batemos. Com o João que é presidente da associação. Seguimos um caminhão e aí ele ficou com medo da gente, parou no meio do caminho e não foi pra usina do PSUL para nós dar o flagra nele. Aí nós fizemos a rota, vai pela avenida central e depois vai para BR 160. Tira o caminhão de dentro da	problema; caminhões; asfalto; usina;	Infraestrutura;

cidade, conseguimos tirar.”		
Lucas: “Mas a comunidade não sabe o que é um aterro Sanitário. Tinha que fazer as discussões nos colégios com os alunos, para ter a consciência de reciclar.”	aterro sanitário; discussões; reciclar; consciência.	Aterro Sanitário; Reciclagem; Conscientização
Lucas: “Até hoje a população é contra. Eles falam do dano moral, do dano social, que ninguém quer o lixo perto de você.”	contra; dano moral; dano social; lixo	Discordância; Danos;
Lucas: “Essa via do aterro dizem que ia ser uma via de empresas relacionada ao lixo. A reciclagem, a reciclagem de obras, fazer areia. Ninguém sabe se vai implantar.”	aterro; lixo; empresas; reciclagem; implantar	Aterro Sanitário; Reciclagem; Serviços
Entrevista - Movimento fora lixo	Data: 13/06/2018	Local: Centro de convivência do idoso
Entrevistados: Gabriel, Pedro, Matheus		
Matheus: “A questão que mais nos incomodou é que onde o aterro foi implementado era um alagadiço. Tinhas minas de água. Existe aqui em baixo um parque chamado parque Gatumé. Esse parque é a coisa mais fantástica que tinha quando eu cheguei. Eu me encantei, eu sempre fui um defensor da natureza. E aí nós tínhamos no parque Gatumé três minas de águas gigantes que na época do chafariz, quando acabava a água de Samambaia os moradores iam pegar água nessas minas de água. E aí os governos foram implementando coisas, o primeiro governo do Cristóvão mataram a primeira mina de água. Ficou duas. Ai depois, nos outros governos, onde era uma mina de água, hoje é uma subestação da CEB, e conseqüentemente, como um morreu o outro morreu.”	aterro; alagadiço; minas de água; parque Gatumé; natureza;	Meio Ambiente;

<p>Matheus: “Então lá era uma área de alagadiço. Tanto é verdade que lá existia buriti, e buriti só dá onde existe água. E aí como o IBAMA faz um estudo de impacto ambiental e diz que pode implementar o lixão que não vai dar nada. Essa era a nossa revolta. Além do mais, Samambaia já existia lá do lado a estação de tratamento da CAESB.”</p>	<p>alagadiço; água; ; estudo de impacto ambiental; lixão; estação de tratamento;</p>	<p>Meio Ambiente;</p>
<p>Matheus: “Se vocês forem no site da Globo vocês vão ver a reportagem que os parceiros do DF fizeram sobre o parque Gatumé, que beleza que é. Hoje está tudo morto. O impacto que o aterro sanitário, mais a ampliação da CAESB acabou com tudo isso. Acabou.”</p>	<p>parque Gatumé; beleza; morto; impacto; aterro; ampliação; CAESB; acabou;</p>	<p>Aterro Sanitário; Saneamento</p>
<p>Edy: “Inclusive, o próprio governador arruda recebeu um alerta do CerIPA (Centro de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos) , alertando do perigo do aterro vir aqui para Samambaia. Tem no blog também. Essa documentação toda existe. Ou seja, algum motivo o Arruda teve para desistir de implantar o aterro aqui. Será que é seguro?”</p>	<p>governador; perigo; aterro; blog; documentação; implantar; seguro</p>	<p>Governantes; Aterro Sanitário</p>
<p>Gabriel: “E tem outras soluções que são tão mais viáveis. São permanentes. Na própria China, no próprio Japão eles utilizam usinas termoelétricas. O Brasil tem tantos engenheiros, tantas mentes brilhantes, porque não arrumam uma solução definitiva? O aterro sanitário não é definitivo, tem um prazo de 30 anos. Daqui a pouco vai sair daqui e vão poluir em outro lugar.”</p>	<p>soluções; permanentes; usinas termo-elétricas; engenheiros; solução definitiva; aterro sanitário; prazo; poluir</p>	<p>Aterro Sanitário; poluição;</p>

<p>Pedro: “Aí a gente pegou os estudos deles e viu que esse daqui se reduzir a quantidade de lixo, via durar 20 anos. A gente questionava eles falando, mas pera aí, vocês estão contando que uma redução de lixo? Vocês vão ter gestão? Aí veio ainda no governo Agnelo o plano distrital de resíduos sólidos que previa um monte de outras etapas. Ai o que a gente conversava com eles então, com o pessoal da SLU. Então, porque vocês não implementam todas essas etapas e depois não vocês fazem o aterro? Porque se vocês começarem de trás para frente, vocês vão impactar ele em poucos anos. Vai virar uma outra estrutural. E o que a gente está vendo agora é justamente que as outras etapas, que eles previram, os centro de triagem, eles previram uma central de tratamento de lixo da construção civil, esses centro de triagens em várias cidades. O que que a gente está fazendo hoje, que a reciclagem, o indicador da reciclagem é baixíssimo. Então eles estão pegando o lixo praticamente todo e reverteram ele para cá. Eles estão fazendo essa transição todinha do mesmo jeito que é lá. O que eles não estão mandando é lixo da construção civil que ainda estão mandando pra lá, mas o resto ta tudo vindo pra cá. Ou seja, o que a gente temia está acontecendo, porque o dever de casa da ponta que está previsto no plano, na lei, não está sendo cumprido.”</p>	<p>lixo; questionava; redução de lixo; gestão; governo; plano distrital de resíduos sólidos; etapas; aterro; impactar; centro de triagem; estrutural; central de tratamento de lixo; reciclagem;</p>	<p>Governantes; Gestão; Aterro Sanitário; Reciclagem;</p>
<p>Matheus: “Os caminhões de lixo passam aqui dentro de samambaia. Chegou lá na minha quadra na 425 lá no final, já chegou a ficar 10 carretas de lixo lá esperando.”</p>	<p>lixo; caminhões;</p>	
<p>Pedro: “Eles avançaram pela mata. Porque a promessa era não avançar. A gente questionava que era uma área degradada. A gente falava que aquilo não era uma área degradada, tem uma parte considerável dessa área que é uma área preservada e aí eles avançaram na área e construíram toda essa estrutura para desviar a água.”</p>	<p>mata; área degradada; área preservada desviar água;</p>	<p>Meio Ambiente</p>
<p>Gabriel: “A questão do aterro sanitário, se acontecer alguma coisa, o rio Melchior vai direto para corumbá 4.”</p>	<p>aterro sanitário; rio Melchior;</p>	<p>Meio Ambiente; Aterro Sanitário;</p>

<p>Pedro: “Isso foi um ponto que a gente questionou para eles. Que eles iam construir um sistema desse tamanho gerando chorume e se acontecer algum problema ele pode cair no córrego que já recebe esgoto.”</p>	<p>chorume; córrego; esgoto;</p>	<p>Meio Ambiente; Saneamento;</p>
<p>Pedro: “o que a gente tinha discutido com eles era a implementação de políticas com relação a atuação na ponta. Assim, se você quer implantar um aterro que ele seja a última, da última opção. Que ele seja o rejeito, do rejeito do rejeito. Então o que a gente chegou a conversar com eles, porque que que vocês não implementam a coleta seletiva de uma maneira mais adequada, agressiva. Que vocês coloquem essas tecnologias que as pessoas utilizam por exemplo bio casa. Porque que não implementa na ponta. Quais são os projetos que vocês têm nas escolas, na redução de lixo das escolas? O investimento que vocês vão fazer nos catadores. Que tipos de incentivos vocês vão dar para você chegar com uma meta por exemplo não ter lixo orgânico nenhum. Ou seja, todo esse lixo orgânico que a gente tinha discutido com eles, porque que não faz a compostagem desse material? Você gera energia, você gera adubo, então você não precisa em tese jogar nenhum lixo orgânico no aterro. Ai o que não é orgânico, aquela outra parte você tem vidro, que é reciclável, você tem uma parte dos plásticos, você tem uma parte de componentes eletrônicos. Os resíduos da construção civil que eles mesmos já tinham dado a solução que era uma central de tratamento desse resíduos como tem em Belo Horizonte por exemplo. Ou seja, tudo aquilo da construção civil pode ser boa parte reaproveitado. Então a proposta que a gente deu foi nesse sentido. O que viesse pra cá seria uma coisa mínima. E também fizemos uma proposta de revitalizar o próprio aterro, em função dessas políticas. Ou seja, atacando na ponta, aumentando a reciclagem e trabalhando com os resíduos da construção civil em uma outra frente que eles pudessem aproveitar uma área já impactada. Ou seja, pegasse aquela área, fazer um tratamento nela e ai jogar uma quantidade de lixo muito menor.”</p>	<p>implementação; discutido; políticas; aterro; última opção; rejeito; coleta seletiva; biocasa; escolas; redução de lixo; catadores; incentivos; lixo orgânico; compostagem; energia; adubo; vidro; plásticos; componentes eletrônicos; resíduos da construção civil; proposta; revitalizar; políticas; reciclage,; área impactada; tratamento;</p>	<p>Coleta Seletiva; Catadores; Resíduos; Reciclagem;</p>

<p>Gabriel: “e quais os fatores de risco que nós temos em samambaia, nós temos as rotas dos aviões, vocês viram a reportagem que derrubaram um prédio por causa das rotas dos aviões. São três fatores, água, abrigo e alimento. O aterro atraem os animais, são afastados pelos fogos, sim, mas pra onde eles vão migrar? Aqui nós temos o rio Melchior que vai até taguatinga. Tem um rio que corta Samambaia e o Recanto das Emas. Onde eles podem morar? Os prédios residenciais. Ou seja, você elimina o problema daquele local mas você transfere para outro.”</p>	<p>fatores de risco; rota de aviões; água; animais; rio Melchior. Problema;</p>	<p>Risco; Avião; Meio Ambiente;</p>
--	---	---

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas realizadas com os moradores da Região Administrativa de Samambaia.

A partir do quadro de análise, observa-se a recorrência de categorias como meio ambiente, infra-estrutura, serviços públicos, e reciclagem, em suas falas. Dos entrevistados os únicos que moram em Samambaia, mas não na região da expansão são o Lucas, Gabriel, Pedro e Matheus. Os principais discursos dos líderes do movimento Fora Lixão, Gabriel, Pedro e Matheus, possuem como a questão central o meio ambiente. Eles questionam que uma área de mata foi desmatada para a construção do aterro e questionam a sua segurança podendo poluir as águas da região e atrair animais que poderiam causar acidentes aéreos e se instalarem nas casas e ruas de Samambaia. Já o senhor Lucas, por ter sido sub-administrador de Samambaia, alocado na expansão, aborda as questões de infraestrutura. Ele fala do problema do trajeto dos caminhões, da capacidade e duração do aterro e da implementação de empresas relacionadas a reciclagem. Na entrevista coletiva e com o senhor José além das questões ambientais e de infraestrutura, suas falas abordam a falta de serviços públicos satisfatórios, do abandono dos governantes e da necessidade de realização de benfeitorias na região.

As micro-mobilizações sociais - mobilizações que engajam grupos com poucas pessoas - contra a implementação do aterro sanitário existiram desde o princípio das discussões sobre a desativação do Lixão da Estrutural e tomaram diferentes proporções no decorrer do tempo. Esses grupos que se mobilizaram, nos termos de Cefai (2017), representam uma arena pública que se manifesta em torno de uma situação problemática. “Uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso” (CEFAI, 2017, pg.200).

“Uma arena pública é um conjunto organizado de acomodamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados, formalizados e codificados, em que está em jogo um public interest. Existem arenas sociais de todo tipo, mas só quando esses mundos de mundos sociais, que configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições, são ordenados visando realizar um bem público ou evitar um mal público é que se fala de arenas públicas.” (CEFAI, 2017, pg. 208)

Dentro dessa perspectiva de arenas públicas Lucas diz ter participado de discussões sobre a desativação do lixão da estrutural e a vinda do aterro para Samambaia desde os anos 2000 quando foi criado o movimento contra a instalação do lixão na Samambaia. Em 2008, quando o projeto do Aterro Sanitário foi criado, que Lucas toma outro posicionamento visto que a sua implementação já estava acertada e assim começa a discutir as contrapartidas Ambientais e Sociais para a população local. Como contrapartida Lucas e seu movimento exigiu a elaboração do orçamento participativo com ações para serem realizadas pontualmente nas quadras 800 e 1000 e outras na RA de Samambaia como um todo, As principais contrapartidas estabelecidas no orçamento participativo, segundo o Ofício n 157/2011 da Gerência Regional de Samambaia Sul (GERSAM), elaborado em 2011 quando Lucas foi sub administrador de Samambaia no governo do Agnelo (2007 – 2015), foram:

- Educação: Construção de 6 creches; construção de uma escola Classe; construção de um centro de Ensino Médio;
- Saúde: construção de duas Unidades Básicas de Saúde (UBS); construção do Hospital Regional de Samambaia;
- Saneamento Básico: construção da Rede de Esgoto nas quadras 800 e 1000; construção de bocas de lobo; ampliação das bocas de lobo;
- Segurança Pública: permanência de 3 viaturas com efetivo nas quadras 800 e 1000; aumento do efetivo do batalhão; aumento do efetivo da 16 DP; aumento de viaturas;
- Esporte, Lazer e Cultura: construção do campo sintético; revitalização das praças e quadras de esportes

- Obras e Urbanização: Conclusão do asfalto; urbanização das vias de acesso; construção de praças; construção da feira permanente; extensão do metrô; remoção da ocupação do parque oeste; construção da sede da gerência regional de Samambaia; duplicação da DF180; ligação da linha de metrô; construção de 30 baias de ônibus; construção da sede do SLU; construção do centro comunitário; construção do centro de múltiplas funções; recapeamento da avenida noroeste; construção do CREAS; construção do conselho tutelar de Samambaia; construção da sede do DETRAN; construção do terminal de ônibus
- Meio Ambiente: revitalização do parque três marias; revitalização do parque Gatumé; implementação da coleta seletiva em Samambaia; reflorestamento da Arie JK e cercamento; implementação do parque Oeste; implantação do parque Oeste;

Do mesmo modo que Lucas, José, a princípio, também atuou para impedir que o Aterro Sanitário fosse instalado na região desde 2009, quando mudou para expansão da Samambaia. Ele denunciava que a área possuía muita mata e nascentes e a implementação do Aterro ia desmatar aquela região e que poderia prejudicar suas águas. Segundo a entrevista com o senhor José, os agentes do SLU, nas reuniões comunitárias, explicaram o que era um Aterro Sanitário, e que os danos ambientais seriam mínimos, contudo, José ainda suspeita desse discurso de segurança e permanece de vigia para denunciar as irregularidades, caso venham acontecer. Com a notícia da irreversibilidade da implementação do ASB, José começou a reivindicar benfeitorias nas quadras 800 e 1000. Entre suas demandas estavam a construção da rede de esgoto, a construção do terminal rodoviário, a volta do CRAS para expansão e que colocassem médicos no posto de saúde. Durante o processo de construção e inauguração aterro, José pressionou o governo realizando manifestações, onde ele, seguido de outros moradores, bloqueavam a BR 060 queimando pneus, e ameaçou interditar o aterro sanitário caso suas demandas não fossem realizadas.

Diferentemente do movimento de Lucas e José, o movimento Fora Lixão, com os integrantes Gabriel, Pedro, e Matheus, lutaram contra a vinda do ASB para Samambaia, mas não continuaram negociando as contrapartidas com o governo. O movimento fora lixão atuou denunciando e mostrando relatórios que colocavam que a

vinda do aterro sanitário iria causar muitos danos ambientais e que ele seria um crime ambiental muito grande. Eles alegavam que aquela área possuía muita mata e nascentes e o aterro iria desmatar tudo aquilo. Também foi colocado que aquela região seria rota de aviões e que o ASB iria atrair aves podendo ocasionar um acidente aéreo, se tornado um risco à população. Os integrantes do movimento tentavam mobilizar a população local por meio de palestras em escolas e igrejas, além de manifestações pacíficas, que quando ocorriam fora de Samambaia não engajavam pessoas suficientes para conseguir a atenção dos governantes. Esse movimento começou em 2010 e foi perdendo forças em 2014 quando seus integrantes deixaram de agir, visto que para eles o ASB não deveria ter sido construído naquela região. Esse movimento questionava principalmente a efetividade do Aterro Sanitário, o colocando como uma solução não permanente e que não resolveria o problema do lixo no Distrito Federal. Para eles, antes de ser implementado o Aterro Sanitário outras medidas deveriam ser realizadas primeiro, como a implementação efetiva da coleta seletiva, os centros de triagem e educação da população para que, assim, houvesse uma redução do lixo e depois implementassem o aterro. Segundo eles, um aterro sanitário que recebe lixo sem ter passado por uma separação e reaproveitamento seria quase a mesma coisa que um lixão.

A forma que os moradores de Samambaia utilizaram para justificar o risco do ASB era através da produção de provas para denunciar o perigo ambiental que o aterro causaria na região e, assim, demonstrar suas desconfianças em relação ao empreendimento, questionando sua segurança. Nessa tentativa de criação de provas o senhor José produzia vídeos para colocar na sua rede social, facebook, mostrando as irregularidades do aterro. Ele chegou a filmar áreas com germinações de água, antes do aterro ser construído, e questionava que com sua implementação as germinações poderiam secar e poderia existir o risco de contaminação das águas subterrâneas. Já o movimento fora lixão criou um blog < <http://foralixao.blogspot.com.br/>> para divulgar laudos que demonstravam que aquela região não era apropriada para construção do ASB. Um exemplo desses laudos é o parecer técnico do ministério do meio ambiente que diz que o urubu de cabeça preta é uma espécie nociva a aviação e, por aquela região ser rota de aviões, o aterro poderia atrair esses animais e causar acidentes aéreos.

Mesmo com as audiências públicas e as reuniões comunitárias, segundo os entrevistados, eles não se sentiram incluídos no processo de decisório sobre a implementação do ASB. Segundo eles, as conquistas que conseguiram foram através de

muita manifestação para que eles fossem minimamente ouvidos. Lucas disse que: “Ninguém quer ouvir a comunidade. A comunidade pede obra simples. Pede uma calçada, pede uma escola, pede um meio fio, que sabe o valor. Mas o governo quer fazer ponte, grandes obras que você não tem o controle”. Na entrevista com lideranças do movimento Fora Lixão, Gabriel ressalta que mesmo com as manifestações da população o governo possui tempo para realizar seus projetos e a população, por possuir outras atividades, não consegue competir igualmente com o governo, resultando, que mesmo com a insatisfação dos moradores, implementassem o ASB. Segue a fala de Matheus: ”A grande questão é que o governo tem a caneta e o papel na mão. E tem o tempo. Já nós moradores, temos as nossas atividades. O governo não, ele é exclusivo para aquilo. Ele tem a caneta, o papel e as pessoas que são destinadas a fazer aquilo que é determinado pelo governador.”. Sobre as reuniões comunitárias José coloca que “O meu papel era ir chegar lá e ficar sentado escutando eles falarem que o vento só toca para um lado e não toca para o outro. Aí eu ficava muito triste. Quando eles me chamavam lá na frente eu ia lá e falava, quando eles me davam a oportunidade. Já pensou a pessoa falando pra você que o aterro só joga para um lado e não joga para o outro. Não existe isso. As reuniões eram eles tentando me convencer. ” Maria, uma moradora da expansão também vai falar sobre as reuniões: “Então a nossa conversão não teve, ao meu ponto, não teve muito bons frutos, na verdade. Nós fomos ouvidos, mas assim, a última decisão mesmo, aquilo que eles queriam implementar foi implementado, foi colocado. E a comunidade infelizmente não foi olhada com um olhar que de alguma forma poderia retornar para essa comunidade. Vamos levar o aterro mas vamos levar condições para que através do aterro aquela comunidade seja alcançada de alguma forma. Vamos fazer algum projeto, alguma coisa, isso não aconteceu”. Segue abaixo o quadro de análise das principais falas dos moradores de Samambaia sobre as reuniões comunitárias organizadas pelo SLU e sobre suas mobilizações:

Quadro 2: Percepções dos Moradores da Região Administrativa de Samambaia sobre as reuniões comunitárias e suas manifestações.

Percepção sobre as reuniões comunitárias e manifestações		
Entrevista - Casa José	Data: 23/02/2018	Local: Casa do José - Samambaia

Entrevistados: José, Carlos, Ana, Maria		
Verbalizações	Palavras Chaves	Conceitos de Análise
Maria: “A gente chegou a participar. Tudo que envolvia isso. Talvez não cem por cento de tudo, mas abaixo assinado, algumas audiências públicas que teve, algumas manifestações que o José estava à frente e a gente estando aqui podendo participar, como é benfeitoria para todo mundo, a gente sempre participou.”	participar; benfeitoria;	Participação
Maria: “Já queimamos pneu sim Já fomos na BR aqui e Já colocamos pneu. Já colocamos fogo nos pneus. Já fizemos também esse tipo de manifestação.”	manifestação, BR,	Manifestação
Maria: “Então a nossa conversão não teve, ao meu ponto, não teve muito bons frutos, na verdade. Nós fomos ouvidos, mas assim, a última decisão mesmo, aquilo que eles queriam implementar foi implementado, foi colocado. E a comunidade infelizmente não foi olhada com um olhar que de alguma forma poderia retornar para essa comunidade. Vamos levar o aterro mas vamos levar condições para que através do aterro aquela comunidade seja alcançada de alguma forma. Vamos fazer algum projeto, alguma coisa, isso não aconteceu.”	não teve bons frutos; aterro;	
José: “Se os moradores de samambaia tivessem acordado e brigado igual aconteceu em outras cidades o aterro não ia ter vindo pra cá. Ficou todo mundo dormindo”	briga; aterro;	
José: “Todas as manifestações que a gente fez foram pacíficas.”	manifestações; pacíficas;	Manifestação
José: “O meu papel era ir chegar lá e ficar sentado escutando eles falarem que o vento só toca para um lado e não toca para o outro. Aí eu ficava muito triste. Quando eles me chamavam lá na frente eu ia lá e falava, quando eles me davam a oportunidade. Já pensou a pessoa falando pra você que o aterro só joga para um lado e não joga para o outro. Não existe isso. As reuniões eram eles tentando me convencer.”	sentado; escutando; triste; oportunidade; aterro; convencer	

<p>José: “Aquele audiências que falava assim, hoje tem um audiência sobre o aterro, aí ficava pingado. Um lá outro cá, outro aqui outro acolá. Eu não sei o que acontecia, não sei se calava a boca da maioria, ou se eles mesmos não convidavam o pessoal para participar dessas audiências. Da minha parte, eu levava. Tem gente que eu levava para audiência.”</p>	<p>audiências; aterro; participar;</p>	<p>Participação;</p>
<p>José: “Quando eu cheguei aqui eu fiquei sabendo que muita gente brigou para o aterro não vir, mas eu não via as pessoas brigarem. Eu não via essas pessoas. Aí quando eu vi mesmo que o aterro vinha e eu não via ninguém brigando, não sabia aonde ir, eu mesmo fiquei revoltado com aquilo e sai tacando fogo na BR, e ir na casa do governador ficar gritando lá até altas horas.”</p>	<p>brigou; aterro; revoltado; BR;</p>	<p>Manifestação;</p>
<p>José: “Para adiantar sim. Botando fogo na BR e chamando televisões, denunciando, sim.”</p>	<p>fogo na BR; televisões; denunciando;</p>	<p>Manifestação; Denuncia;</p>
<p>Entrevista - Lucas</p>	<p>Data:13/06/2018</p>	<p>Local: Casa do Lucas - Samambaia</p>
<p>Entrevistado: Lucas</p>		
<p>Lucas: “No período de 2000 criamos o movimento porque estava vindo o lixão para Samambaia. Fizemos 10 mil assinaturas. Fizemos audiências na expansão com o abram. Aí quando vimos que estava consagrada a vinda do aterro uma parte nossa foi discutir o que nós vamos ganhar com isso. As contrapartidas sociais e ambientais. Eu fui pelo gabinete conhecer o aterro sanitário de Niterói. Aí voltamos para cá e fomos discutir com o governo o que poderia ganhar a cidade. Aí tentamos na câmara fazer uma lei de compensação ambiental. Qualquer raio de 5km do aterro sanitário a comunidade receberia as compensações ambientais e sociais. Aí se não me engano o Arruda vetou essa legislação. Aí partiu dessa etapa e fomos para enfrentamento com o governo. Mudamos o nome, movimento pela vinda do aterro sanitário para Samambaia. Aí nós fomos discutir as contrapartidas sociais. Sociais seriam o que? Creches, escolas. A princípio seria só para toda expansão de Samambaia e como depois nós ficamos sabendo que o aterro era de toda Brasília aí ampliamos o leque das contrapartida sociais para Samambaia toda.”</p>	<p>movimento; lixão assinaturas; audiências; aterro; discutir; compensação ambiental; compensação social; enfrentamento; creches; escolas</p>	<p>Compensações sociais/ambientais; Movimento;</p>

Entrevista - Movimento fora lixão	Data:13/06/2018	Local: Centro de convivência do idoso
Entrevistados: Gabriel, Pedro Matheus		
Matheus: “Eu, o Cristiano e o Jorge, nós tínhamos um projeto aqui na comunidade que durou em torno de oito anos que chamava cursinho popular. O Cristiano era professor. Nós começamos com dois módulos e de repente apareceu professor de tudo quanto é lugar de Brasília querendo ajudar no projeto. A gente dava aula para jovens e adultos. Aí foi que o cursinho que começou a movimentar o movimento quando se começou as movimentações sobre o aterro. Porque essa questão do aterro sanitário vem do governo do Roriz.”	comunidade; cursinho popular; projeto; movimento; aterro;	Movimento;
Pedro: “E aí a gente começou com o pessoal das quadras 800 e 1000 e aí começamos a fazer esse movimento fora lixão. Já nesse período de 2010 para frente, até em 2013 ou 2014. Que aí a gente começou a fazer um estudo, pessoal fechar a via, fazer reunião e aí a gente começou a se mobilizar ao contrário do outro movimento que acabou sendo captado pelo PT. O movimento do Lucas.”	movimento fora lixão; mobilizar;	Movimento;
Matheus: “Na verdade o primeiro movimento foi encabeçado pelo Lucas, só que depois o Paulinho virou governo e aí virou a casaca também.”	movimento; governo;	Movimento;
Matheus: “A primeira reunião foi lá na UnB com um professor que a especialidade dele é sobre aterro sanitário. Inclusive ele falou que o aterro sanitário era seguro que um aterro sanitário poderia colocar em qualquer esquina e eu fui meio indelicado e perguntei que ele gostaria de um aterro sanitário bem na esquina da casa dele.”	reunião; UnB; aterro; seguro;	

<p>Matheus: “Eu queria fazer uma observação sobre a perda de força do movimento. O que acontece, era nós 4 que estávamos na frente do movimento, nós tentamos de todas as formas envolver a comunidade, envolver Samambaia como um todo. O que a gente dizia era que olha, você pode não morar lá em baixo, você pode não ser vizinho do lixão, mas você de certa forma vai ser afetado pelo lixão. Porque uma das promessas e uma das regras do lixão é que nenhum carro que ia trazer os lixos passaria por dentro de samambaia, passaria tudo pelas Br 180, pela BR 060, essa seria a rota. Mas aí a gente tentou convencer que isso não vai acontecer, o carro pode passar na sua porta. A gente pegou um data show e um retro-projetor e ia fazendo palestras em várias igrejas e colégios tentando envolver as pessoas, nós tentamos de todas as formas que a igreja se envolvesse, mas não aconteceu. Ai não conseguimos. Ai a nossa parte final foi quando nós organizamos uma manifestação lá no buriti, fizemos panfletos, saímos nas feiras da comunidade distribuindo panfleto um por um, pedindo o povo pra ir na manifestação, tiramos dinheiro do nosso bolso para alugar onibus, carro de som e só nós 4 aparecemos na manifestação. Nem o José apareceu. Tinha polícia lá pra todo canto, tinha mais polícia que tudo lá. Quando eles viram que era só nós quatro aí não conseguimos o nosso objetivo. Isso foi no final do governo do Agnelo.”</p>	<p>movimento; comunidade; lixão; promessas; rota; igrejas; escolas; envolver; manifestação;</p>	<p>Movimento; Manifestação</p>
<p>Pedro - Teve um determinado momento que teve um racha nessa conversa, porque enquanto uns queriam discutir a compensação o nosso movimento não queria nem discutir essa situação. Era não vir o aterro. Então basicamente a gente focou muito nesse ponto, e eles queriam, era o pessoa do Agnelo, o Paulo Jequeri no meio, que era pensar melhor as compensações, mas isso acabou ficando meio solto, não fechou. A gente não chegou no ponto de negociar as compensações e o nosso movimento foi perdendo força. Era não, não, não e chegou um momento que a gente parou, não deu sequencia.</p>	<p>compensação; movimento; aterro; negociar; movimento;</p>	<p>Compensações;</p>

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas realizadas com os moradores da Região Administrativa de Samambaia.

Sobre as compensações sociais e ambientais Lucas coloca que algumas obras do orçamento participativo foram realizadas, mas que a maioria não foram, como a construção de creches, da escola de ensino médio e a revitalização do parque Ecológico do Gatumé localizado na região administrativa de Samambaia. Ele fala que a

administração atual não reconhece os documentos do governo passado, fazendo com que as outras demandas no orçamento participativo fossem esquecidas e arquivadas. Para Lucas, as principais demandas que não foram realizadas e que são de extrema importância para a população como contrapartida da implementação do ASB são a revitalização do parque Gatumé, a construção de uma escola de ensino médio na Expansão e a construção do hospital regional de Samambaia. José denuncia que o governo está divulgando obras, que já estavam previstas para acontecer mesmo antes do projeto do aterro, como a realocação da escola classe Guariroba, seriam obras de compensação pela implementação do ASB, contudo, em sua opinião as obras que estavam previstas no orçamento participativo como compensação não foram realizadas.

Já José coloca que as mobilizações em relação ao aterro ajudaram a população a demandar e conseguir mais rapidamente algumas obras de infra-estrutura que a localidade necessitava, como a construção da rede de esgoto e a construção do terminal rodoviário. Essas obras foram realizadas e inauguradas no início do ano de 2018. José ressalta que outras comunidades, muito mais antigas que a expansão, não possuem nem rede de esgoto, nem terminal e a expansão com menos tempo já conseguiu tais obras. Ele entende que essas obras de infraestrutura eram direito deles como cidadãos, contudo, se não fosse a pressão popular, auxiliada pela implementação do aterro, algo estigmatizado pela população, poderiam demorar mais para acontecer. José também ressalta que está de vigia e que vai denunciar qualquer irregularidade que vier a acontecer. Segue abaixo o quadro de análise das falas sobre as percepções dos moradores da Região Administrativa de Samambaia sobre as compensações sociais e ambientais pela implementação do ASB:

Quadro 3: Percepções dos Moradores da Região Administrativa de Samambaia sobre as Compensações sociais e Ambientais pela implementação do Aterro Sanitário de Brasília

Percepções sobre as Compensações Sociais e Ambientais		
Entrevista - Casa José	Data: 23/02/2018	Local: Casa do José - Samambaia
Entrevistados: José, Carlos, Ana, Maria		
Verbalizações	Palavras	Conceitos de Análise

	Chaves	
<p>Maria: “As paradas de ônibus, aqui não tinha parada. Os ônibus começaram a descer aqui agora porque ele fez o abaixo assinado, falou que a comunidade aqui estava subindo e estava muito perigoso. Estava tendo muito assalto. A gente tinha que subir lá pra cima naquela principal lá do Cordeirão, aquele mercado. Aqui não passava ônibus. Não descia ônibus, começou a passar faz pouco tempo. Porque foi de forma de manifestação, cobrando, indo atrás, brigando. Ai não tinha parada, as pessoas ficavam ao relento. Ai agora colocou uma ali né José, de frente assim.”</p>	<p>paradas de ônibus; assalto; perigoso; manifestação; brigando;</p>	<p>Transporte Público; Manifestação</p>
<p>Maria: “Mas tudo vem aqui pra baixo através de manifestação e cobrança. Porque não vem espontâneo da parte de nenhum órgão do governo. Nem da administração local, nem de nenhum outro.”</p>	<p>manifestação; cobrança; governo; administração</p>	<p>Manifestação;</p>

Maria: “As coisas que saem daqui ou que não estão funcionando muito bem, sempre o José se levanta, levanta a comunidade, vai passando com o carro de som chamando o pessoal ou reunião aqui mesmo na frente da casa dele. Ou abaixo assinado, ou vamos pra BR, ou freta ônibus e vamos lá para o palácio. Enfim, aonde as autoridades estão, responsáveis por problemas que aqui são causados, sempre a gente se mobiliza e é verdade. Antes o terminal de ônibus era ali perto da JBS e nem tinha estrutura para isso, e nem atendia os moradores aqui de baixo, só aquela área lá de cima. Veio o terminal pra ca. O Cras, por ter tido o assalto que aconteceu, algumas coisas que aconteceram, o cras foi fechado, foi levado lá pra cima, lá para 408. Ficava inviável para muitos. Tem pessoas aqui, não todas, mas tem pessoas aqui que são pessoas de muita baixa renda. Você tinha que pegar um transporte para chegar até lá e muitos não conseguiam. E quando conseguiam não eram atendidos. Aí o José foi atrás e teve até entrevista da responsável, com a subsecretária, deu data da descida do Cras, porque se atende essa comunidade, tem que estar na comunidade. Mesmo quando a comunidade à olhos dos funcionários sendo violenta tem que atender a comunidade. Tem que estar aqui. Não tem lógica atender o pessoal das 800 e 1000 e estar lá na X, uma comunidade que nem necessita desse tipo de trabalho, desse tipo de serviço. Então com muita luta abrimos ainda com alguns problemas, mas a gente já fez um vídeo, passou até no jornal, a gente falando que eles estão atendendo, mas estão atendendo não da forma que deveriam atender. Por mais que as pessoas precisem, mas é muita humilhação e estão privando mesmo de atendimentos básicos que muitas pessoas precisam. Ou por medo ou por receio eu não sei, mas não querem trabalhar. Tragam, se envolvam com a comunidade. Façam projetos que as pessoas conheçam o trabalho deles e respeitem. Não queira tomar aquilo que é benefício para comunidade. Acho que quando a comunidade entende isso acho que ninguém vai querer entrar no Cras e tomar aquilo que faz bem pra mãe, pro pai, pra irmã, ou pra eles mesmo. Os jovens aqui, se lá tiver o cadastro desses estágios que tem, esses cursos. Mas eles não vão, eles não fazem esse tipo de trabalho aqui, infelizmente pra isso aqui é muito precário, mas sempre estamos através da prefeitura, através do José, que é líder comunitário, promovendo isso. Por isso veio o Cras de volta, veio o esgoto. Aqui já tem o que, dez anos eu acho, eu vim pra cá já tinha isso aqui e agora. Então, assim, é muita coisa através dessas manifestações.”

fecha br;
 autoridades;
 problemas;
 mobiliza;
 terminal de
 ônibus; JBS;
 CRAS; assalto;
 baixa renda;
 transporte;
 humilhação;
 atendimentos
 básicos;
 benefício; esgoto

Mobilização;
 Transporte público;
 Infra Estrutura;

<p>José: “Eu acredito que deve ter alguma verba para poder receber aterro aqui perto da gente. Tem que ter alguma recompensa. E essa recompensa acredito que é essas coisa. Na verdade, tudo que nós estamos falando aqui nós temos direito, mas eu achei que aconteceu muito cedo. Através das manifestações.”</p>	<p>aterro; verba; recompensa;</p>	<p>Recompensa;</p>
<p>Entrevista Coletiva Moradores 800 e 1000</p>	<p>Data: 01/03/2018</p>	<p>Local: Casa do José - Samambaia</p>
<p>Entrevistados: P1, P2, P3,P4,P5,P6 ,P7,P8, P9, P10, José</p>		
<p>Verbalizações</p>	<p>Palavras Chaves</p>	<p>Conceitos de Análise</p>
<p>P7: “ Nem recompensa nem beneficio nenhum até agora.”</p>	<p>recompensa; beneficio;</p>	<p>Recompensa; Beneficio;</p>
<p>P5: “Porque desde do começo do ano passado que começou a vir as melhoras. ... Foi por conta do aterro porque foi cobrado. Já que vai vir então nós batemos de frente. Na realidade a gente brigou todos esses anos, mas a gente pegou ferrenho mesmo quando a gente ficou sabendo que iria inaugurar o aterro sanitário. José foi na casa civil com alguns moradores, com uma pauta falando todas as nossas dificuldades. Todos os problemas, o posto de saúde que não tinha médico, o cras que tinham tirado daqui e levado lá pra cima, nós não tínhamos rede de esgoto, questão de segurança nas escolas, alguns professores saíram por conta de bandidagem. Então o José deixou o recado que se até a inauguração do aterro não tiverem inaugurado nossa rede de esgoto e nosso terminal nós vamos fechar o aterro. ... Nós sofríamos de mais nesse lugar, foi muita luta mesmo. Aí o governador veio, ouviu a demanda, aí o José falou que estava vindo o maior lixo da américa latina aqui para nós, e nós não temos rede de esgoto, não temos terminal de ônibus aqui, é a maior dificuldade para pego ônibus ali em cima, o posto de saúde que atende a comunidade não tem médico. Então ouviu atentamente e falou para o José fazer uma pauta, só que a gente já tinha uma pauta e a gente deixou lá.”</p>	<p>melhoras; aterro; brigou; casa civil; problemas; posto de saúde; CRAS; esgoto; segurança; bandidagem; sofríamos; luta; governador; lixo; terminal de ônibus; posto de saúde; pauta;</p>	<p>Melhorias; Infra Estrutura; Segurança; Saúde;</p>

<p>José: “Eu acredito que esse esgoto, esse terminal e esse posto de saúde e o cras é direito nosso. Só que eu acredito que ele veio mais cedo. Tem cidade aí que tem 30 anos e não tem o que a gente tem aqui. A gente sabe que a gente quer o melhor. Por exemplo, se trazer o metrô aqui a gente quer mais outra coisa pode ter certeza. Então é direito nosso, mas eu acredito que com as manifestações deu um apoio bem grande para essas benfeitorias para essa cidade.”</p>	<p>esgoto; terminal; posto de saúde; CRAS; direito; metrô; manifestações; benfeitorias;</p>	<p>Infra Estrutura; Saúde; Direito; Transporte público; Benfeitorias;</p>
<p>José: “O esgoto, o terminal de ônibus, o posto de saúde. Foi tudo cumprido, tudo registrado. E tá tudo funcionando. A única questão que está acontecendo é com o Cras que não está atendendo as pessoas direito.”</p>	<p>esgoto; terminal; posto de saúde; funcionando; CRAS;</p>	<p>Infra Estrutura; Transporte público; Saúde;</p>
<p>José: ”Eu continuando morando aqui, o aterro vindo ou não eu ia cobrar. Mas com o aterro, de tanto a gente cobrar eu acho que ele veio e trouxe mais um pouco de força para conseguir as coisas mais rápido. Através do esgoto, através dessas benfeitoria, porque de todo jeito eu ia cobrar, mesmo sem o aterro. Que é direito da gente. Só que é aquele negócio que eu falo, eu acredito que a gente conseguiu mais cedo.”</p>	<p>cobrar; aterro; força; esgoto; benfeitoria;</p>	<p>Infra Estrutura; Benfeitoria;</p>
<p>José: “Mas não parou por aí, a gente ainda quer mais recompensa na expansão. A gente quer cobrar mais e mais, porque se não tem condições de tirar o aterro, pelo menos vem mais benfeitoria para expansão.”</p>	<p>recompensa; cobrar; benfeitoria;</p>	<p>Recompensa; Benfeitoria;</p>
<p>Entrevista - Lucas</p>	<p>Data:13/06/2018</p>	<p>Local: Casa do Lucas - Samambaia</p>
<p>Entrevistado: Lucas</p>		
<p>Lucas: “Nesse tempo que eu estava no governo de Samambaia nós conseguimos as duas creches, iluminar aquela avenida leste da expansão, fazer 75km de calçada linear, mas não conseguimos na expansão a escola de segundo grau que não tem, e mais uma creche. E a contrapartida ambiental, que está parada, é o parque Gatumé. Está avaliado em 780 mil só para SLU fazer outro projeto de manejo do parque que já está pronto. Quer dizer, esse dinheiro poderia ser feito para usar no parque Gatumé. Já está orçado. Já tem o croqui da academia, tem todos os negócios lá e o parque está abandonado nas mãos do SLU.”</p>	<p>governo; creches; iluminar; calçada linear; contrapartida ambiental; parque Gatumé; SLU;</p>	<p>Infra Estrutura; Contrapartida Ambiental;</p>

<p>Lucas: “Aí em 2011 ou 2012 teve o orçamento participativo. Aí conseguimos produzir esse documento das contrapartidas sociais e ambientais. A gente separou educação, era toda Samambaia, aí resumimos para expansão, e depois voltou pra toda Samambaia.”</p>	<p>orçamento participativo; documento; contrapartidas sociais e ambientais;</p>	<p>Orçamento participativo; Contrapartidas Sociais e Ambientais;</p>
<p>Lucas: “O esgoto eu acompanhei toda a licitação. No meio da licitação dele não teve empresas com interesse em fazer. Conseguimos começar uma empresa, desistiram, mas já tinham concluído 60% a obra. Mas acho que o esgoto está aqui como contrapartida, o terminal de Samambaia norte conseguimos.”</p>	<p>esgoto; contrapartida;</p>	<p>Infra Estrutura; Contrapartidas</p>
<p>Lucas: “A compensação ambiental é o parque Gatumé e a social as creches e a escola de segundo grau que tem que ter na expansão. Falta uma creche e a escola de segundo grau... Aí o Estado tem que dizer para nós quando que vai ser implementado. Tudo isso aí tem o processo que está parado e arquivado aqui na administração...</p> <p>A comunidade da expansão é muito isolada, é muito distante....</p> <p>Outra escola de ensino fundamental era pra ter.”</p>	<p>compensação ambiental; parque Gatumé; creches; escolas; administração; isolada; comunidade; distante;</p>	<p>Compensação Ambiental; Escolas; Comunidade</p>
<p>Lucas: “A OPS também era contrapartida, mas nós solicitamos, colocamos a placa e não foi pra frente. E agora solicitou de novo. Tá aqui, saneamento básico, construção da rede de esgoto das quadras 400 e 1000, construção das bocas de lobo, foi feitas algumas, e ampliação das bocas de lobo na expansão de samambaia. Saúde, construção da OBS na quadra 831e construção da Ubs na 431. O pessoal respondeu que essa da 431 não precisava. A nível de Samambaia, construção do hospital regional de Samambaia, na 302, que também não foi pra frente.”</p>	<p>OPS; contrapartida; saneamento básica; rede de esgoto; bocas de lobo; hospital regional;</p>	<p>Contrapartidas; Saneamento básico; Infra Estrutura; Saúde</p>
<p>Lucas: “Todo mundo é a favor da saúde da educação, mas eles querem empurrar as coisas que não é contrapartida para tirar os dele da reta. A escola Guariroba, na BR 180, A escola desde de 94 ia sair lá de qualquer jeito por causa da lagoa de tratamento da CAESB aí quer por também como contrapartida social do aterro. Tinha até uns cartazes que eu denunciei que pregaram pela cidade. Não é contrapartida. O terminal não é contrapartida, apesar de estar aqui também. A gente colocou, além do orçamento participativo, que</p>	<p>saúde; educação; contrapartida; escola Guariroba; BR; Caesb; terminal; orçamento; comunidade;</p>	<p>Saúde; Educação; Transporte público; Comunidade</p>

viesse algo para comunidade.”		
Lucas - A segurança pública, o posto de lá fechou. Fechou o da 429. Nós pleiteamos, foi feito um levantamento para ter 3 viaturas na expansão, fora os postos. Esporte e lazer, construção do campo na 427, conseguimos fazer também. Revitalização de praças, conseguimos revitalizar todas as praças da expansão antiga. Ai depois da parte de Samambaia, aí voltou atrás para fazer toda a Samambaia. Construção do asfalto.	segurança pública; posto; esporte; lazer; revitalização; praças; asfalto;	Segurança; Esporte; Lazer; Infra Estrutura;
Lucas -O orçamento participativo foi demanda nossa como contrapartida do Aterro.	orçamento participativo; contrapartida; aterro	Orçamento Participativo; Contrapartidas
Lucas - Você vê que iluminou só aquela parte do aterro, mas era para ter iluminado a BR 180 todinha. Não faz. Uma das rodovias mais perigosas aquele trecho ali. Quase todo final de semana esta tendo acidente.	iluminou; aterro; BR; rodovias; perigosas; acidente;	Infra Estrutura; Rodovias; Segurança
Entrevista - Movimento fora lixão	Data:13/06/2018	Local: Centro de convivência do idoso
Entrevistados: Gabriel; Pedro; Matheus		
Pedro: “a gente não quer compensação, a gente não quer o Aterro Sanitário. Porque pra gente a situação era do lixão. O que a gente conhecia lá não queria que trouxesse pra cá, além da situação do local.”	lixão;	
Pedro: “Aí ele falava em compensação e a gente falava não, o aterro não tem que vir, aqui não é o local adequado, aqui tem nascente, ele tem uma capacidade pequena, aqui é rota de avião, aqui já tem uma estação de tratamento de esgoto, a gente tem, na época chamava só frango.”	local adequado; nascente; capacidade pequena; rota de avião; estação de tratamento de esgoto;	Meio Ambiente; Infraestrutura; Saneamento;

Fonte: Elaborada pela autora com base nas entrevistas realizadas com os moradores da Região Administrativa de Samambaia

Foram realizadas, organizadas pelo SLU, 3 reuniões comunitárias com os moradores das quadras 800 e 100 da Samambaia. A primeira reunião ocorreu em 30 de junho de 2016 no campus do Instituto Federal de Brasília - IFB de Samambaia, a segunda reunião ocorreu dia 25 de julho de 2016 na escola classe 831 de Samambaia e a terceira reunião também aconteceu na escola classe 831 no dia 11 de janeiro de 2017. Segundo as atas das reuniões, inicialmente a população se posicionou contrária à obra onde afirmaram que o “lixão” seria transferido para lá e assim, no primeiro encontro foram apresentadas as diferenças de um lixão e um aterro sanitário, e o SLU assegurou que o aterro não existe qualquer risco ambiental ou social. As lideranças comunitárias, oportunamente, demandaram uma série de serviços públicos deficitários na região, e frisaram que não deixariam o ASB inaugurar sem que fossem concluídas as obras do terminal rodoviário, da rede de esgoto e do posto de saúde. Na segunda reunião, representantes de outros órgãos do governo, como CAESB, Casa Civil, IBRAM, Regional de Ensino, DFTrans, estavam presentes para que as populações apresentassem suas demandas aos órgãos competentes e na terceira reunião foram apresentadas as respostas para as demandas. Foi informado, na terceira reunião, que as obras da rede de esgoto já estavam com contrato assinado com a empresa e que seria concluída e entrariam em operação até novembro do mesmo ano (2017), contudo, essa obra só foi inaugurada em janeiro de 2018. Também foi informado que o DFTRANS iria realizar a inauguração do Terminal Rodoviário de Samambaia que também só foi ocorrer no dia 13 de janeiro de 2018. Nas atas das reuniões foi ressaltado que a entrega do terminal rodoviário e a conclusão da rede de esgoto não estão formalizadas como ações de compensação ambiental/social do ASB pelo IBRAM, sendo que este órgão ainda iria definir quais seriam essas ações.

Em janeiro de 2017 saiu o termo de compromisso de compensação ambiental nº100.01/2017 que objetiva o cumprimento da compensação ambiental pela implementação do ABS. Este termo de compromisso celebra o cumprimento da compensação ambiental cujo o valor é de R\$771.310,58 a ser utilizado em benefício do parque Ecológico e uso múltiplo do Gatumé, Unidade de Conservação localizada na região administrativa de Samambaia. As obras devem ser realizadas dentro do prazo de 2 anos a partir da elaboração do projeto de sinalização e a elaboração do plano de

manejo do Parque Ecológico e Uso Múltiplo do Gatumé. Essas obras, até o momento da escrita desse trabalho ainda não foram realizadas. Lucas alega que frequentemente conversa com os servidores do SLU cobrando que tais obras sejam iniciadas visto que, em sua opinião nenhuma obra de compensação foi realizada até então para população de Samambaia.

No âmbito da participação popular no processo decisório da implementação do ASB observamos que as reuniões comunitárias tinham o intuito de informar a população da implementação do aterro. As negociações que ocorreram a partir daí se deram devido a manifestações e denúncias das injustiças em relação à comunidade visto que eles não possuíam obras de infraestrutura básicas e estaria recebendo o Aterro Sanitário que iria aterrar todo lixo do Distrito Federal. O ASB que antes era uma perturbação, fez despertar o senso crítico de alguns moradores os quais se mobilizaram em relação aquele problema e o aterro passou a ser um instrumento de negociação por direitos sociais e por dignidade de moradia, visto que os eles estão constantemente buscando melhorias na região. Principalmente na atuação e mobilizações dos senhores José e Lucas, cada um à sua maneira, que o ASB virou um dispositivo de negociação com o governo para lutar por suas demandas que envolvem a melhoria da região, para oferecer serviços públicos de qualidade trazendo bem-estar dos moradores. O problema ambiental do lixo, onde o projeto do governo do DF para se adequar as políticas ambientais e de resíduos sólidos do Brasil o qual a construção e implementação do ASB é essencial, principalmente para desativar o lixão da Estrutural, visto como um dos maiores problemas sociais e ambientais do DF, se deparou com a realidade social dos moradores da expansão de Samambaia, onde desprovidos de serviços públicos satisfatórios se sentiam abandonados pelo governo recebendo obras estigmatizadas e que ninguém quer ter por perto de suas moradias. A ambientalização dos conflitos sociais, nesse caso, se deu a partir das negociações para a implementação do ASB visando justiça ambiental colocando em questão as pautas dos conflitos sociais locais que se devem as injustiças sociais ocorridas com seus moradores que estavam desprovidos de direitos pela negligencia de seus administradores e governantes.

CONCLUSÃO

No capítulo 1 deste trabalho foi abordado a categoria do risco segundo a teoria de Beck (1994) e apresentado o lixo e os lixões como problemas sociais e ambientais que causam danos ao meio ambiente e ameaçam a própria existência das sociedades. Foi apresentado o Lixão da Estrutural e as medidas governamentais para sua desativação na tentativa de solucionar os problemas sociais e ambientais que ele causa. Já no capítulo 2, foi apresentado o processo, mundial e Brasileiro, da ambientalização, onde as pautas ambientais vêm sendo cada vez mais debatidas e colocadas em prática com intuito de tornar o mundo mais sustentável e superar as crises de desenvolvimento onde ele é pautado no uso indiscriminado das matérias primas e fontes de energia não renováveis. Ainda no capítulo 2 o processo de desativação do lixão da Estrutural e a implementação do Aterro Sanitário é apresentado e colocado como medidas do governo do Distrito Federal para se enquadrar as determinações das leis do meio ambiente e principalmente às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010.

No capítulo 2 foi discorrido também sobre o processo de implementação do Aterro Sanitário na perspectiva institucional, onde o governo do Distrito Federal o coloca como pauta prioritária e atribui a responsabilidade de execução ao SLU. Para esses agentes, o ASB aparece como instrumento de justiça ambiental, para desativar o lixão da estrutural - local de diversos problemas sociais e ambientais gerando riscos eminentes a população e ao meio ambiente. Aqui o ASB é entendido como a tecnologia mais adequada ao contexto do Brasil e a que causa menos danos ambientais, visto que ele foi construído seguindo todas as normas de segurança. Já no capítulo 3 nos deparamos com outra perspectiva do risco. Na percepção dos moradores da região de Samambaia, a tecnologia do ASB é questionada visto que ele foi implementado em uma área com muita mata, germinações de água e próximo a um dos afluentes do Rio Melchior. O risco aparece a partir da preocupação de contaminação da região, mesmo com as garantias de segurança do SLU. Essa segurança é questionada principalmente pelas experiências de descaso da administração e dos governantes que esses moradores sofreram.

O ASB reflete o estigma do lixo, que mesmo se tratando de um aterro sanitário, a imagem do lixão aparece nas falas e no imaginário dos moradores. A depreciação e a desvalorização da região, segundo eles, se agrava com a vinda do aterro. Segundo os moradores, a expansão de Samambaia não é um local que recebe benfeitorias,

recebendo apenas estabelecimentos que ninguém gostaria de ter perto de suas moradias, como o aterro sanitário e a estação de tratamento de esgoto. As obras recentes de infraestrutura realizadas na expansão, como o esgoto e o terminal de ônibus foram conquistados a partir de mobilizações dos líderes comunitários que utilizaram o ASB como um instrumento de negociação dos seus direitos.

O processo de fechamento do lixão da Estrutural e a construção e implementação do Aterro Sanitário de Brasília foi entendido neste trabalho como uma situação problemática, segundo a sociologia pragmática e da crítica de Boltanski e Thevenot (1999), a qual houve a formação de uma arena pública, nos termos de Cefai (2017) fazendo com que algum dos moradores de Samambaia se mobilizassem para impedir a implementação do aterro, em um primeiro momento, e depois se tornar um dispositivo de negociação por compensações sociais e ambientais para região. Essas compensações, demandadas pelos moradores, principalmente pelo senhor José, como a construção da rede de esgoto e do terminal rodoviário, são demandas por direitos básicos que refletem a omissão do governo naquela região, desprovida de obras de infraestrutura básicas e de serviços públicos.

Foi principalmente nas reuniões comunitárias organizadas pela SLU para conversar com os moradores sobre o ASB que a população oportunamente utilizou daquele espaço para demandar do governo, representado primeiramente pela SLU, benfeitorias, serviços e obras pela qual a expansão de Samambaia necessitava. Posteriormente, nas reuniões comunitárias seguintes, outros órgãos do governo participaram para continuar as negociações sobre as demandas da população. Oficialmente a única obra de compensação social e ambiental reconhecida pelo IBRAN é a revitalização do parque Gatumé, contudo segundo o senhor José, as obras da rede de esgoto e do terminal rodoviário aconteceram mais rapidamente pelas pressões que eles realizaram ao governo. Foram realizadas manifestações na frente do ASB e na BR060 onde era enfatizado que eles não iriam deixar o ASB inaugurar se suas demandas não fossem atendidas. Foi entendido que o processo de implementação do empreendimento tecnológico do Aterro Sanitário e de mudança na rota e tratamento do lixo do Distrito Federal incluindo a desativação do lixão da Estrutural, não houve participação popular, as reuniões comunitárias com a população de Samambaia tinham um caráter informativo e que as negociações que ocorreram com o governo foram engajamentos de

algumas lideranças comunitárias que exerceram um papel de agitadores dos movimentos contrários à vinda do ASB para Samambaia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELP, Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil, 2016. Disponível em: <<http://abrelpe.org.br/panorama/>>.

ARRISCADO. João, MATIAS. Marisa. Controvérsias científicas e conflitos ambientais em Portugal: O caso da co-incineração de resíduos industriais perigosos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, maio 2003: 129- 150.

BECK, Ulrich, 1994. *Sociedade do Risco: rumo a uma outra modernidade/ Ulrich Beck; tradução de Sebastião Nascimento - São Paulo: Ed. 34, 2010.*

BOLTANSKI, Luc. Sociologia crítica e sociologia da crítica, pp. 129-154 In Vandenberghe, Frédéric e Véran, Jean-François [eds.] (2015): *Além do habitus. Teoria social pósbourdieusiana*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. São

BOLTANSKY e THÉVENOT - *A Sociologia da Capacidade Crítica*. Tradução de Marcos de Aquino Santos, a partir do artigo “The sociology of critical capacity”, publicado em *European Journal of Social Theory* 2(3): 359–377 Copyright © 1999 Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.

BRASIL, Lei Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm. Acesso em: 26 de julho de 2018

BRASIL, Lei Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em: 26 de julho de 2018

BARTHE. Ynnic, AKRICH. Madeleine, REMY. Catherine. As investigações “leigas” e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, número 26, jan/abr. 2011, pg.84-127.

BURSZTYN., Marcel. EIRÓ. Flávio, *Mudanças climáticas e distribuição social da percepção do risco no Brasil*. *Revista Sociedade e Estado - Volume 30, Número 2 Maio/Agosto 2015*

CEFAI, Daniel. Público, Problemas Públicos, Arenas públicas... O que nos ensina o Pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos. CEBRAP*. Vol. 36.01. março, 2017.

CONKE, Leonardo. PRINHEIRO DO NASCIMENTO, Elimar. A Coleta Seletiva nas Pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2018/jan./abr.

DI GIULIO. Gabriela, FIGUEIREDO. Bernardino, ARAUJO DOS ANJOS. José. COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA DO RISCO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM ÁREAS CONTAMINADAS POR CHUMBO. Ambiente & Sociedade, Campinas, v XIII, n. 2, pg. 283-297, jul-dez, 2010.

GEWEHR. Ioli, BENITES. Cristiano, A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E OS MODELOS DE GESTÃO. In: Catadores de materiais recicláveis : um encontro nacional / Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Fernanda Lira Goes (organizadoras) – Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

GUIMARÃES P. Roberto. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: O desafio da sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil /Gilney Viana, Marina Silva, Nilo Diniz organizadores. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LATOUR, B. Sociologie de la traduction: textes fondateurs. Paris: Minses Paris. Le Presses, 2006b. p. 267-276

LOPES. José Sergio. “Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre os dilemas da participação” In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n.25, pg. 31-64, jan/ju. 2006

NUNES, Jordão. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. Revista Sociedade e Estado. Vol.28, número 2. Maio/Agosto 2013. Paulo: Martins Fontes, 2009.

SLU, Plano de Transição entre o Encerramento das Atividades Irregulares do Aterro Controlado do Jóquei e a Destinação Final dos Resíduos no Aterro Sanitário de Brasília, 2015. Disponível em <http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_transicao.pdf> Acesso em: 23 de Agosto de 2018.

SLU, Plano de Intervenção Lixão do Jóquei. Governo de Brasília. Grupo de trabalho do Lixão do Jóquei, 2015 Disponível em <http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_intervencao.pdf> Acesso em: 23 de Agosto de 2018..

SLU, Relatório de Atividades 2017, 2017. Disponível em <
<http://www.slu.df.gov.br/2017-2/>> Acesso em: 26 de julho de 2018

WERNEC, Alexandre. A desculpa: as circunstâncias e amoral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.